

Seminário Nacional do Ano da Educação Psicologia: Profissão na Construção da Educação para Todos



1ª edição
Brasília-DF
2009



Seminário Nacional do Ano da Educação Psicologia: Profissão na Construção da Educação para Todos

1ª edição



Brasília-DF
2009

Organizadores

Alexandra Ayache Anache
Clara Goldman Ribemboim
Iolete Ribeiro da Silva

Autores dos textos geradores

Ângela Soligo
Cristina Maria Carvalho Delou
Malvina Tânia Tuttman
Marilene Proença
Raquel Guzzo
Roberta Azzi

Seminário Nacional do Ano da Educação Psicologia: Profissão na Construção da Educação para Todos

1ª edição



Brasília-DF
2009

É permitida a reprodução desta publicação, desde que sem alterações e citada a fonte. Disponível também em: www.pol.org.br

1ª edição 2009

Projeto Gráfico: Luana Melo/ Liberdade de Expressão
Diagramação: Rui de Paula/ Liberdade de Expressão
Revisão: Bárbara de Castro e Joira Coelho/ Liberdade de Expressão
Copidesque: Patrícia Cunegundes
Liberdade de Expressão – Agência e Assessoria de Comunicação
atendimento@liberdadedeexpressao.inf.br

Coordenação Geral/CFP
Yvone Duarte

Edição
Priscila D. Carvalho – Ascom/CFP

Produção
Verônica Araújo – Ascom/CFP

Direitos para esta edição: Conselho Federal de Psicologia
SRTVN 702 Ed. Brasília Rádio Center conjunto 4024-A
70719-900 Brasília-DF
(11) 2109-0107
E-mail: ascom@pol.org.br
www.pol.org.br
Impresso no Brasil – novembro 2009

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Conselho Federal de Psicologia

Seminário nacional do ano da educação psicologia: profissão na construção da educação para todos / Conselho Federal de Psicologia. – Brasília: CFP, 2009.

100 p.

ISBN 978-85-89208-23-9

1. Psicologia educacional 2. Psicologia escolar 3. Inclusão escolar
4. Psicólogos escolares I. Título.

LB1051

Conselho Federal de Psicologia
XIV Plenário
Gestão 2008-2010

Diretoria

Humberto Verona – Presidente
Ana Maria Pereira Lopes – Vice-Presidente
Clara Goldman Ribemboim – Secretária
André Isnard Leonardi – Tesoureiro

Conselheiros efetivos

Elisa Zaneratto Rosa – Secretária Região Sudeste
Maria Christina Barbosa Veras – Secretária Região Nordeste
Deise Maria do Nascimento – Secretária Região Sul
Iolete Ribeiro da Silva – Secretária Região Norte
Alexandra Ayach Anache – Secretária Região Centro-Oeste

Conselheiros suplentes

Acácia Aparecida Angeli dos Santos
Andréa dos Santos Nascimento
Anice Holanda Nunes Maia
Aparecida Rosângela Silveira
Cynthia R. Corrêa Araújo Ciarallo
Henrique José Leal Ferreira Rodrigues
Jureuda Duarte Guerra
Marcos Ratinecas
Maria da Graça Marchina Gonçalves

Psicólogos Convidados

Aluizio Lopes de Brito
Roseli Goffman
Maria Luiza Moura Oliveira

Grupo de Trabalho do Ano da Educação – Organização

Conselho Federal de Psicologia

Clara Goldman Ribemboim

Alexandra Ayach Anache

Iolete Ribeiro da Silva

Conselho Regional de Psicologia – 1ª Região:

Sérgio Fernandes Senna Pires

Cristina Martins Siqueira

Patrícia Santana Santos

Conselho Regional de Psicologia – 3ª Região:

Carlos César Barros

Maria Izabel Ribeiro

Lygia de Sousa Viégas

Nicoleta Mendes de Mattos

Conselho Regional de Psicologia – 4ª Região:

Dinacarla Gonzaga Piermatei

Maria Mercedes Merry Brito

Conselho Regional de Psicologia – 5ª Região:

Francisca de Assis Rocha Alves

Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região:

Beatriz Belluzzo Brando Cunha

Conselho Regional de Psicologia – 9ª Região:

Alba Lucínia da S. Magalhães de Sensi

Márcia Freire Ribeiro

Candice Marques de Lima

Maria Betânia Gondim da Costa

Conselho Regional de Psicologia – 10ª Região:

Dorotéia Albuquerque de Cristo

Sônia Eli Cabral Rodrigues

Conselho Regional de Psicologia – 11ª Região:

Georgia Albuquerque de Toledo Pinto

Fernanda Freita Santos

Conselho Regional de Psicologia – 13ª Região:

Maria das Graças Teles Martins

Grupo de Trabalho do Ano da Educação – Sistematização

Conselho Federal de Psicologia

Clara Goldman Ribemboim

Alexandra Ayach Anache

Iolete Ribeiro da Silva

Conselho Regional de Psicologia – 5ª Região

Rosilene Souza Gomes de Cerqueira

Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região

Beatriz Belluzzo

Conselho Regional de Psicologia – 10ª Região

Sônia Eli Cabral Rodrigues

Conselho Regional de Psicologia – 13ª Região

Maria das Graças Teles Martins

Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep)

Mônica Helena Tieppo Alves Gianfaldoni

Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (Abrapee)

Fátima Regina Pires de Assis

Coordenação Nacional de Estudantes de Psicologia (Conep)

Richarlls Martins da Silva

Apresentação

A escolha do tema da Educação tem muitos significados para o Conselho Federal de Psicologia. Talvez o mais importante nos remeta à própria história da Psicologia no Brasil, que deu seus primeiros passos nesse campo e, ao longo do tempo, transformou seu percurso de partícipe no projeto normalizador de comportamentos e culpabilizador de indivíduos e conflitos com o sistema educacional para um papel crítico desses mesmos processos e promotor de autonomia do sujeito em seus contextos social, histórico e cultural. Enquanto a Psicologia mudava seus rumos, a sociedade brasileira também o fazia.

O processo democrático restabelecido no país após o fim da ditadura militar e a construção de projeto de inclusão social em curso trouxe para a cena os desafios de políticas públicas de qualidade, voltadas para a maioria da população, respeitando as diversidades e as singularidades de seus atores e promovendo cidadania e liberdade.

A política pública de Educação é, sem dúvida, um dos mais im-

portantes desafios para a sociedade brasileira, porque tem histórico de reforçar desigualdades e de excluir, seja dificultando o acesso ao conhecimento e aos espaços de trocas, seja na forma autoritária de transmitir saber. Temos no horizonte a primeira Conferência Nacional de Educação, convocada para abril de 2010, com o tema *Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação e o Plano Nacional de Educação, suas diretrizes e estratégias de ação*. O documento de referência da conferência, divulgado pela comissão organizadora, fundamenta-se no princípio da universalização e na qualidade social da educação, da básica à superior, salientando sua função social e apontando o papel do Estado na garantia do direito à educação de qualidade para todos. A Psicologia, por meio dos psicólogos, deve se apresentar nesse debate.

Pautamos nossa inserção em todos os espaços educacionais, na construção de um projeto de Educação que consiga superar o fracasso escolar. Para isso, é necessário romper com práticas profissionais que medicalizam esse fenômeno social. Algumas conquistas merecem ser mencionadas, entre as quais o Projeto de Lei Complementar nº 60/2007, que prevê a inserção do psicólogo e do assistente social nas escolas para atuar em perspectiva crítica, rompendo com a visão patologizante das diversas formas de expressão de comportamento.

Está colocado o desafio. Nesse sentido, o debate não se esgotará neste seminário. Ele precisa continuar, para que possamos pensar em outras formas de inserção da Psicologia, que venham a contribuir para superar as diferentes formas de inclusão marginal em contextos educacionais formais, informais e especiais.

Humberto Verona – *Presidente do Conselho Federal de Psicologia*

Sumário

1. O Ano da Educação no Sistema	
Conselhos de Psicologia	15
2. Abertura	23
2.1. Conferência de abertura	24
2.2. Mesas-redondas	33
2.2.1. Psicologia, Políticas Públicas	
Intersectoriais e Educação Inclusiva	33
2.2.2. Psicologia em instituições escolares e educacionais –	
apontamentos para debate	40
2.2.3. Políticas Educacionais:	
legislação, formação profissional e participação democrática	48
2.2.4. Psicologia no Ensino Médio	56
3. Encaminhamentos	65
3.1. Políticas públicas educacionais	67
3.2. Formação profissional do psicólogo escolar/educacional	70
3.3. Organização da categoria:	
Sistema Conselhos, associações e sindicatos	72
3.4. Prática do psicólogo no campo da educação	77
3.5. Ensino de psicologia no ensino médio	81
4. Considerações Finais	85

1. O Ano da Educação no Sistema Conselhos de Psicologia

Introdução

O Sistema Conselhos de Psicologia decidiu, em Assembleia de Políticas de Administração e Finanças (Apaf), em dezembro de 2007, que o ano de 2008 seria dedicado à Educação. Essa escolha surgiu da necessidade de enfatizar a importante contribuição da Psicologia, enquanto ciência e profissão, na luta pela consolidação da educação para todos, respaldada nos princípios do compromisso social, dos direitos humanos e do respeito à diversidade, enquanto fundamento para efetiva inclusão social. A inserção dos psicólogos em diferentes espaços educacionais, sua participação na construção das Políticas Públicas de Educação e de outras políticas intersetoriais, bem como a organização da categoria para atuar em movimentos de controle social, devem estar contempladas por esses princípios.

Na Apaf, anteriormente mencionada, foi constituído um Grupo de Trabalho (GT) composto pelos Conselhos Regionais de Psicologia 1 (DF, AM, RR, RO, AC), 3 (BA), 4 (MG), 5 (RJ), 6 (SP), 9 (GO, TO), 10 (PA, AP), 11 (CE, MA, PI) e 13 (PB) e pelo Conselho Federal de Psicologia. Esse grupo construiu o Projeto do Ano da Educação, que teve como tema *Psicologia: profissão na construção da educação para todos*.

A realização de eventos regionais e nacional, durante o Ano da Educação, foi a proposta para garantir espaços e discussões coletivas entre psicólogos e demais profissionais que atuam na educação e em setores da sociedade, para, a partir desses fóruns, construir e divulgar referências técnicas e políticas para a atuação do psicólogo no campo escolar/educacional. Os objetivos do Ano da Psicologia na Educação foram:

- Ampliar a inserção e a qualificação dos psicólogos que atuam nos contextos escolar e educacional, em busca de prática educativa de qualidade e em consonância com políticas públicas de inclusão social.
- Aprofundar as discussões sobre a política educacional brasileira e de cada estado, qualificando o psicólogo, técnica e politicamente, para melhor compreender a complexidade do sistema educacional atual, visando ao aperfeiçoamento da atuação profissional na área da Educação.
- Realizar levantamento das práticas atualmente realizadas por psicólogos que atuam no campo escolar/educacional, enfatizando as dimensões do compromisso social e da educação inclusiva, em busca de uma escola democrática.
- Promover a construção de referências para a prática do psicólogo nos âmbitos escolar e educacional, em consonância com as políticas públicas intersetoriais, proporcionando condições para o desenvolvimento de leitura ampla e contextualizada da queixa escolar.

- Sistematizar e publicar as referências produzidas pelo Sistema Conselhos de Psicologia durante o Ano da Educação.

A metodologia adotada pelo Sistema Conselhos para o Ano da Educação foi a realização de eventos regionais em seções, sedes, escritórios e representações, por meio de oficinas, encontros, reuniões, seminários, palestras e mesas-redondas. As discussões sobre a política educacional brasileira e de cada estado visaram a qualificar o psicólogo, técnica e politicamente, para melhor compreender a complexidade do sistema educacional atual, a partir do aprofundamento dos quatro eixos norteadores do Ano da Educação:

Eixo 1: Psicologia, Políticas Públicas Intersetoriais e Educação Inclusiva

Nesse eixo foram debatidos temas desenvolvidos por psicólogos, em escolas ou outras instituições de Educação que abordem a temática da educação inclusiva e sua interface com políticas públicas, em especial as de educação, saúde, assistência social. Por educação inclusiva entendemos práticas que fortaleçam a luta por uma educação que cumpra seu caráter público, universal e de qualidade para todos, que tenha como referência aqueles que têm sido reiteradamente excluídos dos sistemas de ensino – negros, meninas, homossexuais, pessoas com deficiência, índios, populações em situação de rua, adolescentes autores de ato infracional, crianças e jovens com dificuldades no processo de escolarização vinculadas ou não a causas orgânicas, superdotados.

Eixo 2: Políticas Educacionais: legislação, formação profissional e participação democrática

Esse eixo tratou de temas relacionados a inserções e participações de psicólogos no âmbito das políticas públicas em espaços consultivos e deliberativos, tais como fóruns, redes sociais e conselhos, bem como no Legislativo, acompanhando e propondo ações juntamente

com deputados e vereadores, visando, também por meio de projetos de lei, a contribuir para uma democracia participativa na Educação. A presença do psicólogo nesse campo deve resguardar a dimensão do compromisso social e da qualificação técnica e política para o exercício profissional.

Eixo 3: Psicologia e Instituições Escolares e Educacionais

Esse eixo incluiu temas oriundos de práticas desenvolvidas por psicólogos em instituições escolares e educacionais (por exemplo, abrigos, centros socioeducativos, instituições comunitárias), em seus diversos contextos formais (educação infantil, ensino fundamental, médio, superior, ensino profissionalizante e educação continuada) ou informais. Discutiu a atuação do psicólogo com os alunos, suas famílias, educadores e demais profissionais ligados à educação que recorreram à Psicologia como forma de contribuir para que a escola ou instituição educacional seja um espaço democrático de acesso ao saber culturalmente instituído e da produção de novos saberes. Abordou-se a inserção da Psicologia atravessada pelo diálogo, por intervenções multiprofissionais, pela promoção do desenvolvimento e da aprendizagem, pela inclusão social de crianças, jovens e adultos à sociedade da qual fazem parte e pelo respeito aos Direitos Humanos.

Eixo 4: Psicologia no Ensino Médio

Esse eixo refere-se às experiências de professores de Psicologia na Educação Básica, cuja atuação profissional focalize novas propostas curriculares, projetos ou ações institucionais comprometidos com a democratização das relações escolares e do ensino. Ratificou-se a importância de oferecer aos estudantes fundamentos que lhes permitam compreender as diferentes dimensões da subjetividade, os processos de constituição do sujeito em uma sociedade, ampliando e consolidando, assim, uma educação humanizada e com compromisso social.

Os debates ocorreram em torno dos encaminhamentos propostos pelos Conselhos Regionais, a partir dos diversos eventos regionais.

Foram realizados 124 eventos nas seções, subseções, escritórios e representações das diferentes regiões do Brasil, no formato de seminários, encontros, oficinas, reuniões sobre os eixos temáticos propostos. Quanto às atividades propostas, observou-se que predominou a ocorrência de eventos preparatórios no formato de oficinas para discussão dos eixos temáticos. Os seminários regionais foram realizados com a participação de palestrantes que possuíam acúmulo de conhecimentos na área, provocando os debates entre os profissionais. Participaram das atividades do Ano Temático da Educação do Sistema Conselhos 4.692 psicólogos, significando aproximadamente 3,4% do conjunto total de profissionais.

Em relação às dificuldades encontradas, a maioria dos Conselhos registrou pouca participação dos psicólogos nas diferentes atividades realizadas. Além disso, as especificidades regionais decorrentes das dimensões continentais de nosso país, bem como as dificuldades orçamentárias, impediram o acesso aos psicólogos que atuam em cidades do interior dos estados brasileiros.

Alguns Conselhos Regionais alegaram que, se houvesse mais tempo hábil para divulgação e realização dos eventos do Ano Temático da Psicologia na Educação, o envolvimento dos psicólogos poderia ter sido mais representativo do que foi. No entanto, eles avaliaram que os trabalhos foram produtivos, uma vez que possibilitaram a mobilização significativa e sem precedentes da categoria para a organização de grupos de trabalhos para discutir e construir referências para as práticas profissionais nessa área.

Assim, estimou-se que as contribuições dos Conselhos Regionais, registradas em seus relatórios, deram visibilidade às necessidades a partir das diferentes práticas utilizadas no campo, permitindo a construção dessas referências.

De posse de todos os relatórios produzidos nos Conselhos Regionais sobre as referências das práticas profissionais para a Psicologia na Educação, o Grupo de Trabalho sistematizou o conjunto de

informações por eixo temático. Elas foram apresentadas em documento que subsidiou as discussões no Seminário Nacional, realizado em Brasília(DF), nos dias 24, 25 e 26 de abril de 2009.

Esse seminário contou com a participação de um conferencista, dos autores dos textos geradores e das entidades parceiras (Abep, Abrapee, Anped, Anpepp, Conep). No evento, houve a apresentação da conferência sobre o tema *A Psicologia: profissão na construção da "educação para todos"*, proferida por Malvina Tânia Tuttman, reitora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio), e uma mesa-redonda, da qual participaram as autoras dos textos geradores dos debates, as professoras Maria Cristina de Carvalho Delou (Universidade Federal Fluminense), Marilene Proença Rebello de Souza (Universidade de São Paulo), Raquel Souza Lobo Guzzo (Pontifícia Universidade Católica de Campinas) e Ângela Soligo (Universidade Estadual de Campinas).

Em seguida, os representantes dos Conselhos Regionais agruparam-se para debater e sistematizar as contribuições sobre os eixos temáticos. O resultado desse trabalho foi apresentado, discutido e aprovado em assembleia-geral. A produção desse processo foi sistematizada pelo Grupo de Trabalho e organizada neste documento.

Na Apaf de maio de 2009 foi constituída subcomissão que tinha como tarefa realizar sistematização do relatório final do Ano Temático da Educação. A subcomissão contou com a participação do CFP, dos representantes dos CRPs 05, 06, 10 e 13 e das seguintes entidades: Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep), Associação Brasileira de Psicologia Educacional e Escolar (Abrapee) e Coordenação Nacional de Estudantes de Psicologia (Conep).

A sistematização dos conteúdos que resultaram das discussões realizadas nos diferentes eixos temáticos possibilitou a construção de categorias que agregam as orientações produzidas no seminário. Essas categorias expressaram as propostas e as interfaces verificadas nos encaminhamentos. São elas: (1) Políticas públicas, (2) Organização da categoria: Sistema Conselhos, associações e sindicatos, (3) Formação profissional, (4) Práticas profissionais e (5) Ensino médio.

Este documento é a síntese de todo o trabalho realizado pelo Sistema Conselhos no que se refere ao Ano da Educação. Em sua primeira parte, apresentamos a conferência *A Psicologia: profissão na construção da "educação para todos"* e as palestras que versaram sobre os quatro eixos temáticos, já citados anteriormente; na segunda parte, as cinco categorias construídas a partir dos registros das discussões e sistematizações que perpassaram os diferentes eixos temáticos. Finalizamos com algumas considerações sobre os desdobramentos produzidos durante o período dedicado à Educação.

2. Abertura

Alexandra Ayache Anache – *Conselheira do Conselho Federal de Psicologia*

Queremos saudar, em nome do Conselho Federal de Psicologia, as psicólogas e os psicólogos que participaram do Seminário Nacional do Ano da Educação, no qual, a partir da sistematização das contribuições elaboradas a partir das discussões realizadas em todo o país em 2008, construiremos um posicionamento do Sistema Conselhos sobre o tema *Psicologia e Educação*.

Segundo informações de 17 Conselhos Regionais, mais de uma centena de eventos reuniu pelo menos 4,7 mil pessoas em todo o país em eventos preparatórios, seminários, mesas-redondas, conferências, minicursos, oficinas.

O Sistema Conselhos agradece a todos os que, além de ter participado dos debates em suas regiões, se deslocaram de suas cidades e vieram contribuir para que essa construção ganhe caráter nacional, levando em conta as peculiaridades regionais e também as peculiaridades de cada um dos eixos que nos propusemos a discutir durante o ano temático. Agradecemos também o esforço realizado ao longo do ano pelo Grupo de Trabalho de Educação criado em 2007 pela Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf) – instância deliberativa do Sistema Conselho de Psicologia.

Todo o esforço foi essencial para enriquecer a reflexão sobre a prática da Psicologia na Educação e tornar visíveis os desafios que enfrentamos e os temas nos quais é importante haver posicionamentos da Psicologia. Agradecemos também às entidades parceiras que nos ajudaram, direta ou indiretamente, neste evento: Associação Brasileira de Ensino da Psicologia (Abep), Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Educação (Anped), Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional Educacional (Abrapee), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (Anpepp), Conselho Nacional de Saúde (CNS) e Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB).

2.1. Conferência de abertura

Malvina Tânia Tuttman – *Pedagoga, doutora em Educação. Reitora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Atua na área de Educação, especialmente em Planejamento e Avaliação Educacional.*

Psicologia e Educação é questão de muitos. Não é somente de professores, pedagogos. Deveria ser de todos aqueles que querem ver nosso país avançar e ter mais dignidade e solidariedade, e ver que a cidadania efetivamente tem jeito de acontecer para todos, e não somente para alguns. Quero propor reflexões sobre os textos que são

mobilizadores dos quatro eixos. Acredito que há um encontro, uma sintonia, e precisamos-nos aprofundar com naquilo que temos sintonia. As controvérsias também são importantes, porque avançamos no sentido de procurar o que é melhor. Não de procurar apenas um lado, mas verificar, nos argumentos postos, o que nos auxilia nos avanços das questões da Educação.

Vou dividir as reflexões em quatro pontos. No primeiro, gostaria de refletir um pouco sobre as tendências educacionais. No segundo momento, vou apresentar alguns dados gerais da Educação do Brasil, para contrapor com a questão das tendências educacionais. Como terceiro tópico, vou abordar políticas educacionais que estão sendo implantadas. Por fim, no quarto ponto chegamos ao âmago da proposta: falar um pouco sobre as políticas educacionais, fazendo um contraponto com as tendências.

Vamos ao primeiro ponto: a questão das tendências pedagógicas. Grosso modo, podemos identificar dois grandes blocos em relação a como perceber a estrutura social. Meu objetivo não é aprofundar, mas apenas localizar. Para isso, destaco dois grandes grupos. Um grupo que vê a estrutura social como igualitária, hegemônica, harmoniosa, ofertando as mesmas possibilidades para todos. O problema não está na estrutura, mas em nós, indivíduos. Nós é que temos "alguns defeitinhos" que precisam ser corrigidos para que a engrenagem da estrutura social se desenvolva, aconteça. Eu quero que a estrutura social permaneça na mesma, porque ela está boa para um determinado grupo. Para isso, as pessoas que devem mudar, devem passar por um processo educacional que reforce e mantenha a estrutura social vigente.

Então, qual seria a função da Educação ou da escola nos diferentes níveis? Seria função de mantenedora. Manter a estrutura social vigente. Como? Um exemplo: as pessoas não se integram na estrutura social porque não dominam alguns conteúdos considerados fundamentais. Na Pedagogia, chamaríamos isso de escola tradicional, escola conteudística. Qual é o defeito da pessoa? É justamente não dominar esses conteúdos acadêmicos – então vou dar esses conteú-

dos acadêmicos, e com isso esses "defeitos" serão corrigidos ao longo do tempo. Verificamos que isso não aconteceu e não acontece. Poderíamos chamar essa visão de tradicionalista de educação.

Vou falar de outra, talvez conhecida de muitos aqui. Uma visão que é não mais da falta de conteúdo, mas dos problemas que as pessoas têm. Os jovens, as crianças, os adolescentes e os adultos têm problemas, muitas vezes, tachados como psicológicos. Precisamos corrigir esses problemas. A escola passa a medicalizar. Corrigimos esses problemas e então a pessoa está apta a se integrar na estrutura social. Eu acredito que nós, da Educação, fazemos muito isso e até culpabilizamos a criança, o adolescente, o jovem e o adulto. O professor não quer ser responsabilizado porque não consegue ensinar nem porque aquela pessoa – criança ou adulto – não consegue aprender. Da mesma forma, os pais ou responsáveis não querem dizer também que têm uma pessoa com dificuldades de aprender. Para essa pessoa é mais fácil dizer que "meu filho tem alguns problemas psicológicos, tem alguma dificuldade, mas não é problema. Ele não tem dificuldade de aprender". Acabamos culpando ou responsabilizando o indivíduo, e não a estrutura social. São exemplos muito básicos, mas acredito que dê para perceber a intenção de falar sobre essa visão de estrutura social. Logicamente, não é a nossa.

Qual é nossa visão de estrutura social? Essa estrutura social que vemos aqui prima pela discriminação social, ao contrário da outra. Ela é marcada pela divisão de grupos. É heterogênea em toda sua complexidade. Qual seria o processo educacional? Um processo educacional que, em vez de ser mantenedor, pretende ser transformador, ter caráter emancipatório. Qual a função da escola, da Educação, nesse sentido? Entende que o processo de marginalização do indivíduo não é responsabilidade de cada um. Esse é o grande salto. Não é mais individualizado, mas inerente à própria estrutura social, que não oferta oportunidades iguais para todos.

Agora começamos a entrar no tema. Por que eu quis mostrar como tendo uma visão ou outra ou visões que se aproximam mais de uma categoria que de outra? Podemos entender e ver que políticas

sociais são essas, que políticas públicas são essas que estiveram ou estão em vigor em nosso país. São políticas públicas voltadas a indivíduos ou pequenos grupos ou políticas públicas que se preocupam com a questão da exclusão? A visão que prevalece é a de que a estrutura social está boa como é, ou seja, com meninos e meninas que estão nos sinais fazendo malabarismos ou vendendo alguma coisa para uma determinada categoria ou classe econômica, que somos nós. E eles estão lá por quê? Em uma visão, eles não estão lá porque os pais não ligam para que vão à escola. Os pais não têm essa preocupação. Os pais consideram que a Educação não é importante. Os pais são displicentes ou então a criança não quer. Ela já nasceu assim. Ela não dá para o estudo. Ela não quer estar na escola.

Será que essa visão é tão restrita? Eu gostaria muito que fosse, mas, infelizmente, esta visão, que nos parece horrorosa, é a que ainda prevalece, apesar dos vários discursos e das várias práticas. Não é porque a criança não deseja. Olha como centralizamos: a criança não quer nada, não quer ir para a escola, ela já nasceu assim. Está estigmatizado, mas não é por isso. Hoje, até existem escolas do ensino fundamental, em maior número. No meu tempo de estudante, a escola pública era para poucos. Hoje, temos escolas públicas para muitos do ensino fundamental. Será de qualidade? É um avanço ter escola para todos, mas será que é de qualidade? As escolas estão aí. Será que é por conta dos pais ou dos responsáveis ou da própria criança ou do adolescente que não quer ir para a escola? Ele é teimoso e não quer ir para a escola?

Não. É porque efetivamente ele precisa fazer malabarismo e vender bala, porque precisa ter mais renda na família. É preciso comer. É preciso morar, calçar. Enquanto minha neta está, certamente, agora, vendo televisão, jogando no computador ou lendo um livro, milhões de pessoas estão na rua trabalhando, e não precisamos entrar por esse caminho. Eles não estão trabalhando porque desejam. Que políticas públicas são essas? São políticas públicas que se aproximam mais de uma visão conservadora, mantenedora ou que se aproximam mais de uma visão mais emancipatória, transformadora? É mais ou menos por aí que eu gostaria de apresentar os outros momentos de nossa fala.

Ao pensar nesses pontos, fiz algumas reflexões sobre o papel das universidades, hoje. Que profissionais estamos formando? Falamos tudo isso, mas estamos formando os mesmos profissionais, e eu vou falar aqui da categoria de professores. Precisamos de professores que possam atuar com a diversidade que entrou para a escola, que não é mais aquela dos anos de 1960, e até do início dos anos 1970, mas que é outra e que é importante que entre, mas que professores estamos formando? Permitam-me – sinto-me à vontade, pois estou me sentindo entre pares que também discutem a questão da educação: que psicólogos estamos formando? Psicólogos que estão querendo diagnosticar e rotular a criança e cumprir o papel. Ela tem as características, a professora indica que não pode ficar na sala porque não aprende. Eu acho que ela tem algum problema. Manda para o psicólogo educacional, que diagnostica, diz que tem isso e faz o que?

Ficamos em um impasse. Nem o profissional da sala de aula fica tranquilo, porque fez o que tinha de fazer. Ele observou que aquela criança não aprende e indicou um profissional especializado para aquilo. O profissional especializado, por sua vez, fez o que lhe compete: diagnosticou. Devolve para a escola. Fazemos o que? Temos de repensar – e gostei do texto que li sobre qual é a função do psicólogo educacional. Naquela visão de estrutura social em que o indivíduo é culpabilizado, o professor e o psicólogo estão muito bem encaixados, mas na visão de transformação da atual estrutura social, logicamente não há espaço para eles.

Outra questão é: que currículo está sendo oferecido ou imposto aos alunos? A quem a universidade está servindo ou vem servindo ao longo dos anos? Outra questão que pergunto é: por que a universidade continua mantendo um distanciamento de seu entorno, da complexidade do mundo? Continuamos assim. Eu falo sempre isso e acredito que os grandes laboratórios estão no mundo. A violência, a fome e uma série de outras questões que devem fazer parte da formação profissional de qualquer área do conhecimento estão aí fora para se refletir a respeito. As universidades públicas devem ter compromisso com a formação de profissionais cidadãos. E o que significa

ser um profissional cidadão? Ter domínio de conhecimento específico que o habilite para desenvolver determinada área do conhecimento. Sem dúvida, mas precisa ter o senso de humanidade, e, para isso, é preciso ver e enxergar, ouvir e efetivamente escutar o que está sendo dito, sem selecionar. Porque selecionamos as imagens e os sonhos que queremos e só incorporamos o que agrada.

Vamos ao segundo ponto, para tratar de dados gerais sobre a Educação no Brasil. A educação básica, hoje, tem cerca de 56 milhões de estudantes. Entre esses 56 milhões, quase 98% das crianças e dos jovens estão na faixa etária entre 6 anos e 14 anos, portanto, estão no ensino fundamental. Olha o que sobra para o ensino médio e para o superior: pouco mais de 2%. Esse dado é extremamente importante para refletirmos sobre a questão das políticas e sobre como percebemos a estrutura ou como queremos transformá-la. Mais de dois terços da população – cerca de 60% – não possui ensino fundamental completo. É muita exclusão em termos de Educação.

Nesse sentido, a expansão está se dando no ensino fundamental, mas não sei se está se dando com a qualidade de vida. Aí chegamos à questão do vestibular, que tem dado o norte para o ensino médio. Se mudarmos a forma de avaliar, o ensino médio vai ser forçado a redesenhar a forma de trabalhar com os jovens. Nossos índices de analfabetismo funcional são altíssimos, assim como os de evasão e de reprovação em todos os níveis. Isso nos mantém distantes das metas propostas no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001, ainda que se observe o aumento do desempenho de nossos estudantes nas avaliações nacionais, como o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enad) e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que vêm se fortalecendo, ganhando corpo e seriedade. Os resultados são efetivos, confiáveis e mostram que podemos fazer alguma coisa. Se compararmos, por exemplo, ao Programa Internacional de Avaliação por Aluno (Pisa), temos a indicação de que esses avanços ainda são muito frágeis. Avançamos um pouco, internamente, porque nossa debilidade é grande, mas, se comparado internacionalmente, temos resultados muito fracos, e isso é do conhecimento de todos.

Em relação à educação superior, 74% do total de matrículas de jovens, no país, estão nas instituições privadas. O ensino público no Brasil sofreu, principalmente na década de 90, deterioração enorme. As universidades públicas deixaram de ter investimentos em suas estruturas. Não tínhamos concurso para professores nem para técnicos administrativos. Os prédios estão depauperados, faltam estrutura e infraestrutura. Mas foi nesse momento que as universidades particulares cresceram. Isso é importante para refletir, em termos de políticas públicas. De forma antagônica e em uma contradição muito grande, o Brasil tem um sistema de pós-graduação invejável e respeitado no mundo.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) tem um sistema que está formando cerca de 10 mil doutores por ano. Isso é importante, mas como explicamos a questão dos ensinos infantil, fundamental e médio, que compõem o grupo da educação básica e do ensino superior? Há respeito nacional e internacional por nossas pós-graduações, mas os outros níveis de ensino ainda precisam avançar, e muito.

Em relação a essas questões, eu terminaria dizendo que, por esses dados, estamos ainda com uma visão de estrutura social que vem mantendo seu *status*, com políticas para poucos, deixando de ter políticas públicas para a maior parte de nossa população, que é pobre ou miserável. Esses dados são apenas para situar em que momento ou perto de quem estamos. De uma visão que mantém ou de uma visão que transforma.

Vamos ao item três de minha proposta, sobre as políticas educacionais que estão sendo implementadas. Ao final, vou tentar fazer a mesma correlação: para onde elas estão apontando. O ponteiro está para um lado ou para o outro daquela visão inicial? Vou começar falando sobre as políticas educacionais que estão sendo implementadas hoje, especialmente na educação superior, e depois situamos um pouco os outros níveis de ensino. Todos devem ter conhecimento de um programa polêmico, a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que resultou em invasão, em todas as universidades públicas. Esse programa

tem na base a ampliação de vagas. É preciso expandir as universidades públicas. É preciso expandir em seus espaços físicos, ir para o interior, mas isso é outro programa.

Nós tínhamos, por exemplo, em 2003, 68 municípios atendidos pela rede federal de ensino superior. Em 2010, esperamos que fossem alcançados 185 municípios, além daqueles atingidos pela Educação a Distância, outra coisa importante. Tínhamos, em 2003, 113 mil vagas presenciais oferecidas pelas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). Em 2009, temos 227 mil vagas. Para o ano que vem, estão previstas 280 mil vagas. É um grande avanço. Mas é nada, se considerarmos a quantidade de jovens que estão fora da universidade, excluídos, e que ainda veem como outra opção a universidade particular.

Há espaço para todos. Existem universidades particulares de ótimo nível, mas sabemos também que há universidades que apenas estão comercializando diplomas. Temos tido fortalecimento da educação tecnológica. Ela é fundamental, e tem de haver espaço e expansão para ela. Outro programa que possibilita o acesso de jovem à universidade particular é o Prouni. Quando saiu esse programa, eu levantei a bandeirinha contra. Hoje, tenho outro pensamento. Eu considerava e defendia que o investimento do governo deveria ser nas universidades públicas e não nas universidades particulares. Coloca o dinheiro nas públicas, que ampliamos as vagas. Mas não podíamos ampliar as vagas sem infraestrutura nem melhores condições, professores. Eu dou a mão à palmatória: se esses alunos não tivessem entrado naquele momento, as universidades públicas não teriam condição de ter colocado tantos jovens na escola, mas também acho que podemos ir parando, pois as universidades públicas federais estão recebendo financiamento considerável por causa da Reuni. Pode ser ampliado, porque agora estamos com fôlego maior para assumir essa responsabilidade que nos cabe.

Outra questão de investimento importante na educação superior é o compromisso – somente estamos falando de compromisso, pois os outros já são ações efetivadas –, com a formação de profes-

sores para a educação básica. Ampliar a oferta de vagas nos cursos de licenciatura, como Física, Química, Biologia, Espanhol ou Inglês, áreas em que estamos, efetivamente, precisando.

Não falei das medidas específicas adotadas pelas políticas recentes para a educação básica. Vou citar duas. Uma é o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que está dando fôlego para os municípios e para os estados, e a outra, que também vi agora, com tristeza, nos jornais e na televisão, é a elevação do piso salarial nacional para profissionais do magistério. O Brasil quase inteiro fez 24 horas de paralisação, porque os governos estaduais e municipais não estão cumprindo a legislação. Não adiantam só políticas públicas de inclusão, se nós não valorizarmos os profissionais que trabalham com a Educação. Isso é fundamental, mas, infelizmente, não está sendo cumprido, pelo que está sendo anunciado.

Mas as perspectivas não são ruins. Eu considero que ainda não estamos caminhando a passos largos para efetivar políticas mais voltadas para os desiguais. Estou cansada de ler artigos sobre a Educação – até de pessoas, de educadores, de pensadores que eu gosto muito, que eu respeito muito – que defendem que, no Brasil, nós devemos priorizar a Educação fundamental. Outros que dizem não, agora é a hora do ensino médio. Outros dizem: "Não, sem uma formação universitária consistente, este país não avança. Outros dizem assim: "A educação de jovens e adultos, educação de indígenas". A prioridade vai para o momento, para o grupo de pessoas que está pensando e há uma política de governo, mas ainda não há uma política de Estado. Essa é a diferença. É claro que há um desejo de inclusão, mas há pouco, ainda, no sentido de investimentos para que efetivamente essa inclusão se dê de forma firme e consistente. Há a necessidade de se ter um sistema educacional que converse entre si.

A Educação fundamental é importantíssima, assim como a educação superior, como todos os níveis da Educação, como a Educação informal, também. Os espaços educacionais que não são formados, mas que precisam de investimento semelhante. Isso é importante. Não é preciso nem de investimento semelhante, nem investimentos

a partir de suas necessidades. Se a prioridade é efetivamente a Educação, um sistema articulado de Educação, de quanto precisamos para a Educação? Nós é que temos de dizer. A política de Estado que tem de indicar quanto é importante investir na Educação. Nós temos de dizer quanto a Educação precisa para que os diferentes sistemas educacionais, em níveis educacionais, possam se articular e efetivamente se comprometer.

Eu estou esperançosa com a Conferência Nacional de Educação (Conae) e conclamo todos a participar. Acredito que nosso ponteiro vai caminhar um pouco mais em busca daquele ideal que nós desejamos, que é a inclusão, um espaço democrático para todos e todas de nosso país. Eu termino com Paulo Freire: "Esse compromisso com humanização do homem, que implica uma responsabilidade histórica, não pode realizar-se através do palavreiro, nem de nenhuma outra forma de fuga do mundo, da realidade concreta onde se encontram os homens concretos. O compromisso próprio da existência humana só existe no engajamento com a realidade, de cujas águas os homens e as mulheres verdadeiramente comprometidos ficam molhados, ensofados, só assim o compromisso é verdadeiro".

2.2. Mesas-redondas

2.2.1. Psicologia, Políticas Públicas Intersetoriais e Educação Inclusiva

Cristina Maria Carvalho Delou – *Psicóloga, doutora em Educação. Coordenadora-geral dos cursos de pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense.*

Gostaria de agradecer ao Conselho Federal de Psicologia, também ao Conselho Regional de Psicologia da 5ª Região pelo convite, por poder colaborar com a escrita do texto gerador número um do Ano da Educação.

É sempre um desafio escrever para a academia, para a classe profissional, para os companheiros de trabalho, pelos recortes que temos de fazer. Eu acho que a principal preocupação na discussão desse tema foi viver o conflito, a contradição.

De que lugar eu falo? Eu falo de uma Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, de uma disciplina que leciono há 17 anos em Educação Especial Obrigatória, no curso de Pedagogia da Coordenação de Cursos de Pós-Graduação *lato sensu*, ou seja, formação continuada de profissionais da Educação, da área de Saúde, da área social, que vivem o conflito de manter ou emancipar.

Em que lugar nos colocamos? No lugar da manutenção ou no lugar da emancipação? Eu acho que, se tivermos possibilidade de falar desse conflito, de clarear esse conflito em nossas consciências e em nossas práticas, já damos um passo muito grande, porque a sensação que tenho é de que estou no olho do furacão. Na verdade, é um furacão que passa fazendo transformações, independentemente de bem e de mal. Sabemos que em todo movimento ecológico, em todo momento difícil de transformação ambiental, depois de uma destruição muito grande vem um período muito fértil. Ficamos nesse conflito, nessa situação difícil. Vamos conversar, dialogar sobre esse momento diferente que vivemos, já que somos atores e protagonistas ao mesmo tempo, trabalhando juntos, com pessoas que também são atores, protagonistas, mas, mais do que isso, cidadãos.

Onde é que tudo começa? Na Conferência Mundial de Educação para Todos, em 1990, em Jomtien, na Tailândia? Quando ouvimos falar de inclusão da forma que lemos hoje, embora o termo não fosse inclusão, fosse integração, mas era lá que estávamos começando a falar disso. Historicamente falando, 1990 é o governo Collor. Nós vamos começar uma trajetória de mudanças políticas no Brasil que não caminham par e par com a política internacional. Jomtien faz parte da política internacional e ela nos atinge diretamente, porque não se consolidou em nenhum dos países que participaram. Houve a necessidade de denúncia, para que houvesse a Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Prática em Educação Especial, em

1994. O documento de Salamanca é proveniente do fracasso de um acordo que duraria dez anos, e que no quarto ano ainda não estava sendo concretizado. O ano de 1996 foi o grande ano da frustração da Educação no Brasil, quando a sociedade civil organizada vinha trabalhando com os órgãos de classe para mais de dez anos, para se configurar uma nova lei de diretrizes e bases que representasse os anseios da sociedade civil organizada.

No dia 20 de dezembro de 1996, foi publicada no Diário Oficial uma nova lei de diretrizes e bases, assinada pelo vice-presidente da República, com o nome do Darcy Ribeiro, e nós naquele conflito, sem entender como é que aquelas coisas tinham acontecido. Ali começa nosso conflito, porque a lei, por ter mãos progressistas no âmbito da Educação, atende a alguns anseios de alguns segmentos da sociedade e ao mesmo tempo trava e entrava o progresso da Educação em todos os níveis de ensino. Por que alguns anseios? Porque vemos, por exemplo, o desenho inicial de uma educação indígena que não se conhecia no Brasil. A organização da educação indígena, era absolutamente inexistente e hoje veremos um movimento de educação indígena se configurando de maneira interessante. É a lei que garante o direito de cidadania educacional. Essa política ainda não foi transformada em resolução. Ela ainda é um texto na mesa do ministro, mas já traz muitos incômodos, porque de novo Salamanca cai por terra. De novo Jomtien cai por terra. Na Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva, o Ministério da Educação define como alunos afeitos à educação inclusiva, por meio da educação especial, as pessoas com deficiência, no singular, transtornos globais de desenvolvimento, no plural, e essa categoria, difícil de ser explicada, teoricamente, altas habilidades e superdotação. Embora eu milite nela há 27 anos, é muito difícil conceituar teoricamente essa categoria, dupla, altas habilidades, superdotação.

No texto final, ele tenta recuperar a cidadania e diz que a educação especial nas perspectivas da educação inclusiva, para essas três categorias, acolhe os estudantes que vivem nas regiões distantes, em zona rural, quilombolas e indígenas, e deixa as mulheres fora da categoria, e deixa as

minorias linguísticas fora da categoria, e deixa as crianças trabalhadoras de rua fora da categoria. Os documentos criaram uma contradição no âmbito da Educação, da formação e da prática profissional. Elas são diretrizes autoritárias sobre a chancela da Unesco e do Banco Mundial, que geram, porque produzem, resistências nos profissionais da Educação não formados para as práticas sociais e inclusivas.

Tem-se uma história longa. Toda a legislação brasileira hoje é decorrente de uma dívida externa que ameaçava não ser paga por moratória do final da década de 80. Quem viveu isso lembra. A moratória da Argentina anunciava que nós tínhamos uma moratória oculta, e o FMI pede ao Banco Mundial que financie a realização de Jomtien com os países devedores, e a Unesco viabiliza esse evento. Se nós não sabíamos disso, infelizmente essa é a dura realidade, que só lemos nas entrelinhas dos documentos e, oficialmente, nos agradecimentos que são feitos nos dois documentos para os dois órgãos financiadores do evento. De novo o Fundo Monetário Internacional, a Unesco, o Banco Mundial fazem Salamanca e o Brasil, em 1996, pressionado, faz a Lei de Diretrizes e Bases, que se justifica no ambiente econômico em que vivíamos.

A mudança de governo não mudou o cenário, e continuamos produzindo políticas para os órgãos internacionais em todos os níveis de ensino. O Programa Incluir é todo bancado pelo Banco Mundial. A resistência dos profissionais da Educação é um campo enorme para se estudar, porque é a resistência do pai que recebe um filho com deficiência; a resistência da mãe que não quer aceitar a dificuldade de comunicação de seu filho – que no final acaba sendo descrito como um quadro de autismo; um sofrimento da mãe que tem um filho brilhante, mas que esse filho não pode demonstrar, na escola, o conhecimento, porque a escola produz fracasso, e ele tem de ser igual aos demais. Ele não pode ser mais brilhante que os demais. A frustração de nós, mulheres, ao ver quantas meninas não podem continuar seus estudos porque elas têm de alavancar economicamente determinada família e tantos outros casos fazem que o professor, na situação em que se encontra, viva os sentimentos já identificados por pesquisas que

são comuns aos pais que têm esse tipo de filho. Negação, culpa, transferência, superproteção, até que, no final, resolve: "Não tem jeito. Filho é meu e tenho de assumir".

Diferentemente do professor: o ano acaba, e ele não tem mais aquele aluno. Há o compromisso com o cidadão que é problemático, e vamos trazer isso novamente, no final deste texto. Na Educação, os profissionais não são formados para lidar com esse tipo de aluno. Todos nós somos testemunhas aqui. Quem estudou Psicologia do Excepcional por opção? Porque era optativa. E se nós não tínhamos o problema doméstico para resolver, iríamos procurar esse assunto por quê? E o outro lado de nosso conflito, quem são? Os cidadãos historicamente excluídos que adquiriram a consciência dos direitos sociais, logo, a Educação de qualidade.

Eu acho que esse é nosso problema. Como é que promovemos a emancipação por meio dessas políticas públicas, que estão aí porque são as únicas. Quando fazemos isso, defendemos essas políticas e negamos o direito do cidadão. Estamos tentando convencer determinado setor da universidade de que pessoas surdas ou cegas podem fazer, com tecnologia assistida, o vestibular, e a resposta é: e se passar, o que é que a gente faz? Vamos sentar e bater palmas para a Educação? E vamos ter dignidade de receber esse cidadão aqui na universidade pública e dar conta da continuidade do estudo dele? Porque se ele chegou aqui, teve mérito, e a sociedade também. Então, não estamos oferecendo. E sabemos que no estado do Rio de Janeiro temos dois candidatos que estão fazendo Educação a Distância porque eles não podem estar presencialmente onde eu estou. Desde que dona Helena Antipoff aportou, a coisa era estarmos juntos no processo, e nós sempre estivemos juntos com a sociedade civil organizada, mas a relação era unilateral. Em equipe, ou solitariamente, íamos à Justiça, ao Trabalho, à Saúde, e voltávamos, e não conseguíamos avançar, porque dependemos de setores tão preconceituosos quanto a Educação. Nosso desafio é fazer as conexões na perspectiva da educação inclusiva, mas cada sujeito tem de fazer sua parte também.

A Saúde tem de fazer sua parte. O Trabalho tem de fazer sua parte. É o todo que se vai tentar transformar no processo, mas ainda é algo muito difícil de ser feito. Até a década de 90, nossas críticas às práticas de medicalização da Educação foram construídas, se configuraram e seguem conosco. Estamos trabalhando nessa linha de desmedicalização. Não é todo mundo hiperativo. Não tem de todo mundo ir para o médico. Não tem de todo mundo tomar Ritalina.

A década de 90 nos coloca o desafio das políticas de inclusão. Do lugar que eu falo, eu falo do trabalho com os alunos com altas habilidades, é muito complicado. É muito complicado incluir aluno com altas habilidades, pois eles sempre estiveram juntos. Nós sempre estudamos com os alunos brilhantes e muitos de nós fomos alunos brilhantes, e conhecemos nossa história. Não podemos perguntar por que incomodamos a turma. Não podemos ler antes porque o restante da turma não sabe ler. Somos inteligentes sim, mas não somos nada além do que pensamos ser. Na Faculdade de Educação não tem ninguém brilhante. Todos são alunos no senso comum, na representação social. Todos são alunos que não têm experiência no passado. Não têm vivência. Não tem autodidatismo. Se eles trazem leituras individuais, elas não são aproveitadas, não são conhecidas. Isso é tão complexo quanto ter um aluno com síndrome de Down hoje na escola, com direito à escolarização de qualidade e com direito à terminalidade específica. Para entender esse processo, temos de mergulhar mesmo.

Eu falo do estado do Rio de Janeiro, que tem uma secretária de Educação paulista em um município do Rio de Janeiro. Por quê? Depois de 16 anos de determinado governo de aprovação automática, acabamos de formar, no ensino médio, em uma escola estadual, o professor de 60 anos de idade analfabeto funcional, e certificamos. Ele é fruto da aprovação automática. Por quê? Porque a aprovação serve para negar a diversidade. Ela serve para dizer que não há diferença, que não há mérito e que eu não preciso me esforçar muito, porque todos são capazes. Todos são aprovados. E isso é enganar o cidadão. Isso é tirar do cidadão o direito ao mercado, ao trabalho

digno, à construção de sua própria personalidade, de sua autoestima. Isso é um problema atual. Talvez seja só um problema do Rio de Janeiro. Talvez eu tenha de estar com os pares, discutindo essa questão, para resolver esse problema no Rio de Janeiro.

Coloco, agora, dois desafios: como trabalhar o coletivo sem reconhecer a diversidade? Porque esse é nosso modelo e nós o reproduzimos em todos os lugares. Nós pressupomos que não existem psicólogos surdos, e nós pressupomos que eles não estarão em nossos eventos, e nós pressupomos que não precisamos de intérpretes de Libras em nossos eventos.

Acabamos de fazer um concurso na Universidade Federal Fluminense (UFF) para professor substituto de Libras, porque não consegui vaga efetiva. A candidata aprovada em segundo lugar é a primeira psicóloga surda do Brasil, aprovada em segundo lugar. Ela está apta a lecionar na universidade e não sabemos disso. Ainda temos dificuldades para entender isso. Como é que fazemos para trabalhar no coletivo, conhecendo, sabendo, pressupondo, antevendo. Tem bola de cristal? E quem diz que é obrigatório? A política pública do Banco Mundial. Mas eu sou crítica da política pública do Banco Mundial, não quero cumpri-la. Então, eu excluo o colega surdo porque ele sabe que não vai ter intérprete de Libras. Ele não vai poder vir aqui. Como garantir a emancipação e a humanização da sociedade brasileira sem reconhecer o que há de singular em seus cidadãos? Cidadão é cidadão. Cidadão não é massa. Cidadão tem identidade. Cidadão tem necessidades básicas permanentes ou transitórias. Cidadão tem direito à Educação. Cidadão somos nós. Hoje, estamos aqui, saudáveis, perfeitos. Um pouco enxergando menos, outros não escutando mais, outros tendo lapso de memória, mas a gente esconde, porque esses não são estigmas físicos. Esses não nos denunciam, mas na hora em que precisamos dessas adaptações que já estão sendo postuladas, sentimos na pele o que o outro, historicamente excluído, passa. E vamos dizer: "Mas eu não sabia". Fazendo a resistência silenciosa, não conseguimos resolver isso. Então, vamos conversar sobre o assunto.

2.2.2. Psicologia em instituições escolares e educacionais – apontamentos para debate

O debate e os encaminhamentos do Ano da Educação – Revivendo as necessidades e as possibilidades

Raquel Guzzo – *Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano e pós-doutora. É professora titular da PUC Campinas.*

Com alegria, quero agradecer a possibilidade de estar novamente neste debate, hoje, não para reapresentar as ideias presentes no texto gerador, mas para retomar elementos importantes nesse processo, que mobilizou milhares de psicólogos pelo Brasil durante este ano, os quais, de modo contundente, colocaram na pauta a relação Psicologia e Educação, especialmente na delimitação de meu tema – a intervenção do psicólogo na escola.

Com a lembrança da Graúna, como bem afirmou Marilene Proença, nós continuamos a resistir, e a Graúna, que é símbolo da resistência contra a ditadura militar dos anos 70, cabe muito bem neste cenário em que resistimos ao modelo de formação que distancia os profissionais dos espaços de desenvolvimento e de saúde, como são os espaços educativos. Acredito que nossa tarefa ainda não está cumprida, e digo isso porque milito nessa área desde o 3º ano da faculdade, quando entrei em contato direto com quem era a doença psicológica e a saúde psicológica. Naquela época – e ainda presente nos dias de hoje na formação do psicólogo –, predominavam as visões psicopatológicas, o modelo médico, o conceito de doença e as intervenções individualizadas e terapêuticas. Por isso, é preciso que nos mantenhamos dispostos a não desistir dessa tarefa de construir as possibilidades de os profissionais estarem em espaços educativos.

Quero agradecer às pessoas que me chamaram para que eu pudesse, depois de 30 anos militando nessa área, resistindo à tentação de individualizar, de privatizar, de trabalhar, contra a ideologia burguesa presente e mantida na essência da profissão, contribuir para o fortalecimento da categoria, para essa luta – há muitos anos, minha prática profissional e minhas reflexões sobre Educação, escolas e a relação com a Psicologia têm como pano de fundo o objetivo de contribuir para a formulação de políticas públicas nessa área.

A pressão burguesa dentro de nossa profissão, a conjuntura neoliberal em que vivemos, exigem de nós mais do que artigos, teses e conferências. É preciso que a categoria se organize, debata e formule diretrizes para que a revolução na Psicologia possa de fato ocorrer. É com esse espírito que eu me apresento hoje aqui – uma síntese possível de todo esse investimento pelo Brasil que o Sistema Conselhos de Psicologia proporcionou.

Esse momento mostra que nós estamos criando novos canais de mobilização para deixar viva essa área e conquistar seu legítimo espaço, para ressuscitar esse espírito de luta, que é importante para quem quer combater a hegemonia e a opressão sobre as diferentes áreas e os diferentes modelos de ciência em Psicologia. Estamos precisando revolucionar essa área. Eu tenho falado, ultimamente, de revolução na Psicologia escolar, porque revolução é ruptura e mudança de estrutura, não é reforma. Eu não tiro uma porta, fecho uma janela, pinto a parede de outra cor e continuo com a mesma casa – não se trata de reformar a Psicologia, mas sim de revolucionar a área e, com isso, sermos consequentes na transformação social.

Não há como dizer que transformamos, se mantivermos a mesma ciência e profissão colonizada e mimética de países do Hemisfério Norte, que não dão respostas para a realidade brasileira. Revolucionar significa romper com o *status quo* e atingir a estrutura básica do sistema vigente, para que as mudanças sejam possíveis. Temos compromisso com o processo educativo, com a formação de crianças e adolescentes no cenário da escola pública

brasileira, com os professores que lutam cotidianamente e isoladamente nos espaços educativos.

Eu agradeço o convite para estar aqui e espero que minha radicalidade possa fazer eco e movimentar esse coletivo de psicólogos, que quer trabalhar no ambiente educativo por opção, não por determinação profissional ou legislativa. Nós não temos leis que nos amparem nesse trabalho, mas estamos construindo a estrada para os que virão, por opção política de trabalhar com a formação das pessoas em um contexto educativo e com fundamentos de uma Psicologia comprometida com as massas.

Quando fomos convidadas a provocar o debate nacional com um texto gerador, fomos atropeladas pelo desejo de contribuir e, mesmo sem ter muito tempo, respondemos ao convite com um texto que saiu de dentro, com a emoção de quem vive a construção dessa alternativa para o exercício da Psicologia. Hoje, depois de transcorrido todo o tempo, de vários eventos pelo Brasil, com a participação de quase 5 mil psicólogos, é importante para o que foi apontado, interpretado, debatido e provocado por esses textos. De uma análise rápida do que foi sistematizado, aponto algumas dificuldades e perspectivas que devem se manter como foco de nossos encaminhamentos:

- Falta de clareza da função do psicólogo escolar/educacional para os membros das instituições e para a sociedade em geral;
- Indefinição do papel do psicólogo escolar/educacional no ambiente das políticas públicas;
- A indefinição da área de atuação, nos concursos públicos, para psicólogos, acaba gerando situações em que o psicólogo contratado para a área da Saúde é "emprestado" para a área da Educação e vice-versa;
- Falta do psicólogo nos âmbitos escolar/educacional, na composição a equipe interdisciplinar ou multidisciplinar.

Esses pontos, que podem ser resumidos dos debates feitos sobre o eixo que foi deflagrado pelo texto de minha autoria, mostram que nós devemos planejar, de forma clara, um caminho para perseguir como categoria, que passa, necessariamente pelo maior impacto nos **currículos de formação** do psicólogo no Brasil – ainda muito fracos e incipientes em relação à discussão sobre o psicólogo atuando em contextos educativos; pela **visibilidade pública** do papel e da função do psicólogo presente em equipes técnicas na escola – ainda vivemos uma grande confusão sobre nosso papel nas escolas, que a ideologia ajuda a construir como representação clínica e da área da Saúde; e uma produção do conhecimento com subsídios para a intervenção nesses espaços e discussões sobre as dificuldades presentes na conjuntura política, que se torna obstáculo à formulação política de melhoria na qualidade da Educação no país.

É "chover no molhado" dizer que nós temos de entender que esse processo é de resistência e construção em uma circunstância política dada. Temos de considerar que a política educacional reflete uma agenda neoliberal, em que as condições para a Educação estão colocadas. Temos de debater o projeto político que rege o país e que é refletido em todas as dimensões de nossas vidas. A construção da área, apenas pela formulação de projetos de lei, não assegura que o processo revolucione o cotidiano das escolas públicas brasileiras, mas já é um grande passo, que, somado ao trabalho de preparação profissional e convencimento da população sobre seus direitos constitucionais fará, sem dúvida, a diferença. De um veto presidencial (do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, FHC) à situação atual – em que o concurso para psicólogos não se efetiva em todas as regiões do país –, foi uma experiência que trouxe como consequência amadurecimento na área.

É preciso que continuemos a debater a importância do profissional nas escolas, junto com professores e pais, acompanhando o desenvolvimento das crianças. Se o Estado não se compromete com o desenvolvimento da criança, para além da dimensão do co-

nhecimento, da aprendizagem, temos de promover essa discussão nos espaços devidos.

Não estamos na escola para fazer terapias, ou encaminhamentos a serviços especializados ou, ainda, para legitimar o fracasso das crianças e dos adolescentes no processo educativo. Nossa leitura sobre esse papel implica combater a ideia preconcebida do profissional da área da Saúde que trabalha com doenças e problemas. Temos de trazer à tona todos os elementos presentes na dinâmica escolar, da realidade social objetiva às diferentes subjetividades presentes nesses processos. Temos de colocar a serviço da maioria das crianças, das famílias e dos educadores em geral o conhecimento que formulamos ao construir as possibilidades de transformação do cotidiano violento e excludente da sala de aula brasileira.

Temos de assumir visão crítica de que uma das raízes da desigualdade social é essa separação entre público e privado, no sistema educativo. A quem isso serve? Nós temos uma escola que forma a elite para a elite, neste país, e outra, a camada popular – filhos de trabalhadores e de pobres para ser impedidos de se desenvolver e formar um exército de reserva para o sistema, que são excluídos do direito de prosseguir seus estudos, de escolher uma profissão, de estudar livremente em universidades, sem que se sintam prejudicados por suas escolhas.

Temos de compreender que as políticas educacionais são decretadas para ser cumpridas, sem preparo dos profissionais, sem participação, sem questionamentos. E esse processo tem consequências importantes para as inúmeras dificuldades por que passam os educadores nas escolas públicas brasileiras. O combate a esse tipo de dinâmica requer acompanhamento atento e consequente nos espaços de construção política.

Outro ponto que é crucial para essa síntese é suprimir a distância que temos dessa realidade e agir concretamente para minimizar essas diferenças. As experiências de formação nessa área não são obrigatórias. E, mesmo sendo, acabam por desvelar realidade de trabalho difícil e sem modelos, nos diferentes contextos. É preciso que

estejamos, no cotidiano, junto com o professor, para que seja possível o conhecimento de nosso trabalho, combatendo a medicalização na escola, a patologização dos comportamentos expressos no cotidiano, das diferentes formas de agir compatíveis com um modelo remediativo e terapêutico.

Precisamos enfatizar que estamos trabalhando em uma realidade completamente adversa. Se nossa informação é inconsistente, é preciso que possamos dar visibilidade e profundidade a nosso trabalho, para que haja possibilidade de mudança. O que estamos fazendo na escola?

Nós temos de acompanhar o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes nas escolas, como seres reais, que vivem em determinado contexto social e histórico. Nós temos de compreender que significa o contexto de desenvolvimento da criança, para além da escola. Que é o bairro? Como ele mora? Escola e comunidade são espaços de desenvolvimento das crianças, e precisam ser estudados. Precisamos desenvolver formas de promoção do desenvolvimento com a participação dos diversos segmentos da escola e da comunidade onde a escola está inserida e questionar o papel da escola nesse processo: se ela mantém aquelas condições de exclusão, de violência e se negligencia o que as crianças vivem, ou se consegue ser um espaço de práticas emancipadoras.

Nossa profissão, historicamente, surge em um determinado tempo e em um determinado lugar no mundo. A Psicologia inicia-se com o surgimento do capitalismo. Foi profissão forjada dentro do capitalismo, nos países de grande poder econômico. A Psicologia não surgiu numa revolução de massas. Ela não surgiu na América Latina, não surgiu nos países colonizados. Nós temos de ter certeza de que nossa Psicologia é uma ciência e uma profissão burguesa. Por isso, é preciso que saibamos criticar o conhecimento produzido na Psicologia, para que ele possa servir à realidade social e histórica.

Como nós vamos trabalhar se não temos referencial? Como nós vamos trabalhar se não sabemos olhar para aquelas crianças com histórias de vida tão peculiares? Olhar para uma criança e falar que é psicótica, aos seis anos de idade, é a mesma coisa que atestar que uma criança é en-

coprética ou enurética aos seis meses de vida. Faltam referências críticas para o trabalho do psicólogo, na realidade brasileira.

Contar o que o psicólogo faz no contexto da escola, para que as pessoas entendam. Como você vai discutir em um bairro se 70% das pessoas são analfabetas? Se você não traduzir em linguagem visual, se não tocar nas questões sociais que fazem parte do dia a dia, o conhecimento não terá sentido para essas pessoas. Se não dermos visibilidade, não avaliarmos essas experiências, se não incluirmos as pessoas para debater conosco, além do debate dentro da categoria, dificilmente conseguiremos mudar a situação atual.

Como eu vejo as perspectivas? As possibilidades de mudança na área vão aparecer à medida que decidirmos fazer ofensiva contra as estruturas da sociedade. Nós temos de começar a entender a partir desse pressuposto que nosso corpo de conhecimento instrumental está longe de ser corpo de conhecimento instrumental que garanta intervenção nas massas populares. Nós ainda estamos muito distantes disso.

Precisamos fazer parte desse cotidiano para poder, por dentro da academia, estabelecer, sob melhores bases, as relações entre teoria e prática. Sacudir a estrutura significa, em primeiro lugar, colocar referencial bibliográfico nas disciplinas de profissionais brasileiros. Precisamos traduzir para nossa realidade o conhecimento produzido e, ao mesmo tempo, produzir conhecimento para nossa realidade.

O segundo ponto é tomar partido diante da realidade. É necessário que as ferramentas de trabalho deem conta de como intervir. Precisamos analisar a realidade, trazendo as contradições presentes no contexto de trabalho e reafirmando sempre de que lado estamos, porque, dependendo do lugar de onde colhemos elementos para a análise da realidade, tomaremos um caminho de intervenção. Tomar partido é parte desse processo. Ter uma trajetória de vida comprometida com aquilo que a gente faz. Às vezes, o trabalho do psicólogo fica escondido na nuvem da fumaça. Nós estamos tomando, historicamente, desde a década de 80, dentro do Sistema Conselhos, a posição de compromisso social. Temos nos comprometido e nos

incomodado com algumas coisas, mas acho que precisávamos fazer mais, porque o psicólogo, no campo da Educação, ou vai trabalhar com a elite ou com a massa popular e as políticas públicas. Não tem outra alternativa. Vai para o ensino público ou para o particular. Se dirigirmos nossas ações para o ensino público, temos muito trabalho a fazer. Está muito clara, para mim, a distância que estamos, ainda, de realizar uma transformação.

O segundo é realizar transformação profunda das experiências e torná-las transparentes para a rede. É importante um sistema de comunicação mais rápido para a rede e que possa apontar caminhos contundentes para o crescimento profissional no apoio à população e aos educadores. Se escutarmos as pessoas sobre o que elas enxergam do que nós somos, podemos entender por onde deveremos nos consolidar e avançar. Nós temos de colocar os profissionais nos espaços educativos para, juntos, construir a nova prática. Quando você pergunta para as mães ou as crianças o que é um psicólogo escolar, as respostas são de que são psicólogos diferentes. Nós somos psicólogos, mas somos diferentes. Mas por que diferentes? Porque psicólogo, para eles, é o psicólogo do posto. É o psicólogo que atende como médico. É o psicólogo do modelo médico. Esse psicólogo diferente é aquele que está sentado na calçada, conversando com as mães. É o psicólogo que está em um fórum da comunidade, uma assembleia. É o psicólogo que faz visita domiciliar, que senta no pátio para conversar com as crianças, que participa das reuniões do conselho de escola, do conselho de classe, que conhece cada criança, em seu cotidiano de vida. É o profissional que está diariamente na escola, que assume uma identidade com esse espaço – um espaço de vida e não de morte, de saúde e não de doença.

Vejam que, para mim, o processo revolucionário está começando agora, mas, para que esse processo se efetive com consequências para a Educação, temos de nos organizar em equipe revolucionária, por todo o Brasil. Bem-vindos a essa equipe! Parabéns ao Conselho. Parabéns aos que participaram de todos os debates. Parabéns aos que aqui estão. Obrigada.

2.2.3. Políticas Educacionais: legislação, formação profissional e participação democrática

Marilene Proença – *Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano da USP.*

O eixo II do documento do Ano da Educação trata dos temas relacionados à inserção e à participação dos psicólogos no âmbito das políticas públicas em espaços consultivos e deliberativos, como os fóruns, as redes sociais, os conselhos, bem como no Legislativo, acompanhando e propondo ações, com deputados e vereadores, visando também – por meio de projetos de lei – a contribuir para uma democracia participativa na Educação.

A presença do psicólogo nesse campo deve resguardar a dimensão do compromisso social e da qualificação técnica e política do exercício profissional. Esse era nosso grande eixo, nosso grande objetivo de trabalho, sobre o qual tentamos produzir essa reflexão. Para produzir essa reflexão, partimos da história da Psicologia escolar e consideramos que no interior dessa história há um momento de ruptura muito forte na área, que vai acontecer a partir da década de 80, quando a Psicologia reconstrói seu olhar sobre si mesma e se volta para se repensar enquanto ciência, enquanto profissão, na perspectiva da emancipação e do compromisso social.

Isso acontece na Psicologia também em momento histórico muito interessante de nosso país, que é um momento de reconstrução das bases democráticas. Estávamos saindo de uma ditadura militar e reconstruindo a democracia, a participação social, a participação da sociedade civil nas decisões políticas. Podemos observar que há vários documentos que são produzidos no bojo da discussão da

abertura política, com todas as restrições, os problemas e as tensões, mas que foram ganhos importantes.

Há dois grandes princípios que regem a construção política do Estado brasileiro: a ideia da descentralização do poder do Estado, em que o governo federal tem restringida sua ingerência nas políticas dos estados e dos municípios, de forma que estados e municípios têm autonomia para a construção de suas políticas. E o segundo princípio, que é o princípio de controle social, ou seja, a sociedade participando do controle das políticas produzidas nos estados e municípios. Esses dois eixos foram os que marcaram a Constituição de 1988 e que marcaram a legislação a partir da Constituição de 1988.

E um terceiro aspecto, a articulação da Psicologia com os movimentos sociais. Nós vamos ver a participação da Psicologia na luta antimanicomial, o movimento pela instalação do SUS, pela própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Observamos a participação da Psicologia em algumas frentes sociais importantes, mostrando essa mudança para a emancipação e para o compromisso social, e vamos ver e identificar, na própria literatura e, principalmente, a partir do campo da Educação, que é muito interessante pensar que as primeiras críticas que aconteceram na Psicologia sobre o lugar social do psicólogo e a prática social do psicólogo vieram da Educação. Vieram da Psicologia escolar educacional essas primeiras críticas, cujo marco vai acontecer em 1981, com a tese intitulada *Psicologia e ideologia*, produzida pela Prof^a. Dra. Maria Helena Patto, trazendo essa discussão no âmbito da Psicologia e da Psicologia escolar.

A partir das discussões dos anos 80, identifica-se, no interior da própria Psicologia, um discurso preconceituoso sobre o que causa, o que leva crianças a não aprender nas escolas. Verifica-se que os motivos, as explicações que eram dadas tradicionalmente no interior da Psicologia centravam-se na criança, em suas famílias e na classe social a que pertencem e que tais explicações passaram a estruturar o pensamento educacional brasileiro. Era necessário, então, fazer essa crítica e ao, mesmo tempo, superá-la na direção de uma perspectiva que questionasse a psicologização da Educação.

O que vamos propor, então? O que vamos fazer, como psicólogos? O que vamos construir de conhecimento para enfrentar a realidade escolar e os desafios dessa realidade? Se a crítica à Psicologia escolar tradicional levava a compreender a escola e as relações que nela se constituem a partir das raízes históricas, sociais e culturais de sua produção, mister se fazia pesquisá-las nos contextos das políticas públicas educacionais. Precisávamos entender como é que nós poderíamos contribuir no interior das políticas públicas. Entender as políticas públicas é compreender com educadores, alunos e gestores vivenciam sua implantação e como eles participam da concepção dessas políticas. Vamos observar que grande parte da pesquisa no campo da Psicologia escolar educacional insere-se na discussão das políticas públicas. E o que são políticas públicas?

Antes de continuar, eu gostaria de fazer um parênteses e agradecer à Profª. Dra. Ângela Fernandes da Universidade Federal da Paraíba, nossa colega querida, Dra. Beatriz Belluzzo Brando Cunha, de São Paulo, que foram levantando fotos e recursos audiovisuais recuperados nessa fala.

Retornando, então: o que são políticas públicas? São o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso político que visa a dar conta de determinada demanda, em diversas áreas. Estão relacionadas com a questão da liberdade, da igualdade, da satisfação das necessidades básicas, como emprego, educação, saúde, habitação, acesso à terra, ao meio ambiente, ao transporte, etc. Quando falamos de política pública, referimo-nos a uma ação que é coletiva e que é uma ação voltada para a garantia dos direitos sociais.

Como é que a Psicologia se relaciona com essas políticas públicas? É muito importante, do nosso ponto de vista, que possamos conhecer qual a política implementada no contexto da atuação que nós estamos. Muitas vezes, atuamos em determinado campo, mas desconhecemos as políticas vigentes. É fundamental que possamos compreender e que possamos, em nossa atuação, contemplar o conhecimento dessa política, a crítica a essa política, o que essa política

traz de inovador, de interessante para a própria prática profissional do professor. No campo educacional, temos observado que conhecer as políticas é conhecer os princípios que regem essas políticas. É conhecer o campo da educação que de alguma forma constrói suas próprias políticas e ao mesmo tempo, ao conhecer esse campo, nós vamos definir uma direção ética de nosso trabalho pela democratização das instituições escolares e pela garantia da educação de qualidade para todos.

Qual é a finalidade de nosso trabalho? Onde queremos chegar com nosso trabalho no campo da Educação? Queremos chegar à própria melhoria da democratização das instituições escolares e ao mesmo tempo na garantia de uma educação de qualidade. Discutimos um pouco essa questão na abertura deste seminário, esse é o nosso norte. É nessa direção que vamos colaborar enquanto psicólogos. Temos muitas dificuldades na implantação dessas políticas na Educação. Na verdade, a secretária está fazendo promoção automática por possuir um projeto político de Estado.

Quase todas as políticas públicas que estão em vigor no Brasil estão sendo gestadas no estado de São Paulo. Quando elas dão certo, ótimo; mas quando não dão certo, nós estamos, na verdade, exportando para os outros estados programas que não gostaríamos que fossem exportados. Temos observado, nos trabalhos de pesquisa no campo da Psicologia, que vários deles têm se dedicado a entender as políticas públicas em Educação. Nosso recorte é na área da Educação. Nós temos observado que essas políticas ainda são implantadas de forma hierárquica e pouco diplomática. Como disse Cristina, a LDB foi publicada em 20 de dezembro. A progressão continuada é publicada no dia 23 de dezembro. O ciclo básico foi divulgado em dezembro. Várias políticas do estado de São Paulo são publicadas no Natal, porque quando o professor volta, em fevereiro, de suas férias, fica sabendo que mudou e que ele tem, agora, de fazer diferente. E esse fazer diferente é mal compreendido, porque não conta com nenhuma adesão do professor. A política não tem um trabalho de formação feito anteriormente. Tem apenas um edital de publicação. Essa forma

hierarquizada e pouco democrática de participação tem se mantido absolutamente no mesmo nível em todos os anos pós-ditadura militar. Isso nos chama a atenção. Não deveria ser assim. Temos observado que as políticas públicas pós-ditadura militar, no campo da Educação, têm desconsiderado a história profissional dos professores e, ao mesmo tempo, a própria visão política de quem faz a escola.

O professor é pouco chamado ou não é chamado para trazer sua história e é desconsiderado. Na política, por exemplo, do ciclo básico, que foi também implantada uma proposta metodológica chamada de construtivista, o professor foi obrigado a não mais usar cartilha. Ele era proibido de usar cartilha. Essa proibição veio da secretaria para todos os professores, ou seja, os professores, que utilizavam determinado tipo de método, trabalhavam de determinada forma, foram impedidos de fazer isso.

O tema da manutenção de concepções que desqualificam a população pobre é muito interessante, porque a Psicologia escolar, desde suas primeiras críticas, mostra que a escola é desigual. E essa é uma discussão importante de se fazer: é diferente falar que a escola é diversa, tem diversidade, ou que a escola é desigual. São dois conceitos completamente diferentes, que precisamos entender, porque diversidade é uma coisa e desigualdade é outra. Sabemos que na escola pública vive-se a desigualdade social. E essa desigualdade social também comparece no texto da política. Há vários trabalhos de pesquisa mostrando isso. Muitas vezes, o texto da política é preconceituoso em relação à criança pobre. Ainda trata criança pobre como diferente, como deficiente e não como vítima da desigualdade. Esse fato é fruto do desconhecimento das finalidades das políticas públicas implementadas por parte dos próprios educadores. Muitos desconhecem a própria política: eles vivem a política, mas não sabem o que ela é.

A vivência da alienação do trabalho pedagógico que vem sendo implementada fortemente dentro do Brasil há muitos anos. A desqualificação do professor, a questão salarial, a questão da estrutura de trabalho que, embora algumas políticas mais recentes tenham começado a enfrentar, ainda há um fosso enorme a ser

superado. Com relação ao psicólogo, vamos observar que o fortalecimento da profissão acontece principalmente a partir dos anos 80, e na área da Saúde. Observamos que o SUS tem, por parte da Psicologia, uma grande adesão.

Nós, psicólogos, historicamente, tínhamos inserção grande no campo da Saúde e vamos nos fortalecendo nesse campo. Vamos observar que esse fortalecimento nosso e essa presença maior na Saúde nos fez estar também presentes na Educação. Tanto que hoje nós observamos que na LDB a ação da Psicologia não aparece.

Constatamos, em vários estados, que o psicólogo está em desvio de função. Ele entra como professor, assessor, mas não como psicólogo escolar, porque a própria LDB não permite a existência desse profissional. No cadastro brasileiro de ocupações, a definição da profissão de psicólogo ainda centra-se em um perfil muito mais voltado para a Saúde e muito mais voltado para um trabalho clínico.

E vemos também que nesse contexto as formas de intervenção no campo teórico da Psicologia vão trazer, em muitos momentos, uma visão biológica e medicalizante. No momento em que a Psicologia faz crítica a sua própria atuação no campo da Educação, abre espaço para não constituir rapidamente uma alternativa. Não trouxemos rapidamente essa alternativa como psicólogos e assim permitimos que a área da psicopedagogia clínica voltasse a se fortalecer. Vamos observar que o lugar clínico que o psicólogo critica passa a ser ocupado pelo psicopedagogo, em muitas instâncias de atuação. Quais foram os novos rumos compartilhados e pensados no campo da Educação? A necessidade de olharmos juntamente com outras áreas, buscando outros saberes na construção do fazer psicológico. Isso vai acontecendo na década de 1990 e mais recentemente. Vamos discutindo, enquanto psicólogos, esse determinismo econômico na organização social e, ao mesmo tempo, sugerindo a investigação dos determinantes microestruturais das relações institucionais.

Começamos a perceber que as relações de poder estão no interior da escola, como elas acontecem, como se dá esse trabalho de formação de professores. Vamos discutindo isso. Eu já falei um pouco

como a área começa, em 1981, a se rever, compreender sua dimensão política da Educação e promover a saúde em duas dimensões. A dimensão ética e a política.

Nós passamos a construir uma nova prática que superasse essa condição, essa concepção naturalizante de homem, ou seja, de que o fenômeno psicológico é algo que deve ser compreendido em seus determinantes sociais e históricos, ou seja, de que esse homem está e como está inserido no mundo, de como seria esse mundo.

O estudo dos efeitos subjetivos da experiência escolar. Cada um de nós passa muitos anos da vida na escola. Como é que essas experiências vão constituindo esse indivíduo, vão formando esse indivíduo e vão permitindo que ele seja um indivíduo mais ou menos crítico na sociedade, a construção dessa subjetividade, a necessidade de buscar aquilo que era não documentado ainda pelo psicólogo. Como é que nós vamos conhecer a realidade escolar, se nós não estamos no interior dessa realidade? Porque o modelo anterior ou era do clínico dentro da escola ou era fora da escola. Como é que nós vamos entender a realidade escolar? Buscar aquilo que não está documentado, aquilo que desconhecemos, aquilo que está naturalizado e tentar desnaturalizar.

Várias teorias vieram nos ajudar a fazer isso. Outro aspecto: evidenciar a oposição entre o discurso educativo e a prática escolar, buscando essa construção histórica do que denominamos queixas escolares. Existe um discurso educativo pela democracia, pela emancipação, pela escola democrática, mas a prática pedagógica, em muitos momentos, se opõe a esse discurso. Ainda é uma prática autoritária e a própria implementação da política é autoritária. Nós temos essa grande contradição sendo vivida dentro da escola.

Quando discutimos a questão da formação, pensamos em destacar esses pontos em que temos de construir novas demandas para o trabalho do psicólogo. Quando chegamos à escola, ainda querem que façamos prognóstico e testagem das crianças, que descubramos o que aquela criança tem. Nós ainda precisamos construir novas formas de relação com os educadores, para que as demandas solicitadas a nós também sejam demandas institucionais, que pensem no trabalho

coletivamente, que incluam outras dimensões e trabalho psicológico. Analisar coletivamente as produções no cotidiano da sala de aula. Precisamos trabalhar na direção de que as demandas sejam pensadas pelo grupo e não apenas por um professor ou uma criança. Romper com esses discursos estereotipados do bom aluno, bom comportamento é um trabalho interessante que o psicólogo deve e pode fazer. Promover deslocamentos e indagações sobre os lugares que despotencializam. Como podemos criar potência na escola, criar formas de superar dificuldades e criar espaço na construção e na troca de saberes. O professor tem saberes. Isso não pode ser negado, circulando no interior da própria escola.

Quando a família do Henfil cedeu a Graúna para ser o símbolo de nosso Ano da Educação, nós ficamos muito felizes, porque a Graúna – para muitos jovens que estão aqui, que não viveram essa geração – era o símbolo da resistência à ditadura. Ela é aquela ave forte, que resiste às intempéries da Região Nordeste. Aqui tem várias pessoas da região que podem confirmar. O Henfil vai retirar essa metáfora da graúna, da resistência, das formas de resistência e vai trazer para o interior da sociedade, mostrando como era possível repensar essa sociedade no interior, no momento da ditadura. Tem uma fala que é muito significativa, dessa época, que o próprio Henfil escreve, que foi bastante difundida em camisetas. Eu achei que era importante para nós como reflexão para nosso trabalho como psicólogos. Nós temos resistido muito, enquanto psicólogos, no campo da educação, a muitas intempéries, das mais variadas naturezas, e eu acho que, nesse processo, a grande contradição da vida é essa. Nos momentos de crise, conseguimos construir alternativa. Acho que a Psicologia escolar, hoje, conseguiu construir alternativas nas crises que nós vivemos durante muitos anos, mas agora nós precisamos caminhar um pouco mais. Temos instrumentos e formas de enfrentamento de várias dessas crises, mas não de todas. Temos, agora, de começar a atuar nos planos possíveis para que essa crise se fortaleça. A frase das Diretas já! é essa: "Se não houver frutos, valeu a beleza das flores. Se não houver flores, valeu a sombra das folhas. Se não houver folhas, va-

leu a intenção da semente". Acho que em qualquer momento aquilo que estamos plantando, construindo, vai, de alguma forma, renascer em outro momento. Estamos, em muitos aspectos, renascendo em nossa discussão, nossa reflexão enquanto psicólogos no campo da educação, e temos muito que trabalhar ainda como categoria, como profissão, como profissionais, para superar muita coisa, mas temos também que oferecer nessa superação.

2.2.4. Psicologia no Ensino Médio.

Em defesa da Psicologia no Ensino Médio

Ângela Soligo – *Doutora em Psicologia, coordenadora do curso de Pedagogia da Unicamp, membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Diferenças e Subjetividades em Educação. Coordena a Câmara do Ensino Médio da ABEP.*

Roberta Azzi – *graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1982), mestrado em Psicologia Experimental pela Universidade de São Paulo (1986) e doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1993). É docente do Departamento de Psicologia Educacional da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas e coordenadora do Núcleo de Estudos Avançados em Psicologia Cognitiva e Comportamental. Ex-presidente da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia.*

Ao longo da história da Educação no Brasil, a Psicologia figura entre as disciplinas para formação da juventude, desde 1850, quando, no então criado Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, passou a compor,

como conteúdo disciplinar, a matéria de Filosofia. Criado no século XIX para ser modelo para a formação dos jovens, o currículo do Pedro II já apontava, portanto, a importância dos conteúdos da ciência psicológica para a formação humana.

Logo a Psicologia passou a integrar também os cursos médios técnicos e profissionalizantes, como aqueles ligados à Saúde, ao Direito, às Relações Humanas e à formação de professores – nesta última, ocupando sempre posição de destaque.

As sucessivas mudanças nos rumos e na legislação brasileira para a Educação produziram deslocamentos quanto ao lugar da Psicologia na formação dos jovens, porém sempre mantendo sua presença, quer seja no ensino regular, quer seja nos ensinamentos profissionalizante e técnicos.

Foi com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 5.692, nos anos 70, no período da ditadura militar, que a Psicologia – assim como a Filosofia e a Sociologia deixou de compor o currículo do ensino médio regular. Instalava-se, a partir daquele momento, a opção pelo ensino tecnicista, voltado para formação que promovesse o avanço tecnológico do país, a partir de um modelo de sociedade e de progresso forjado pelos governos militares.

A adoção de um modelo de progresso submetido aos parâmetros do capitalismo, a necessidade de conter as demandas de uma população que mais e mais reivindicava direitos, de uma juventude organizada e combativa, resultaram, entre outras medidas, na supressão das Ciências Humanas da formação dos jovens e na criação de disciplinas como Organização Social e Política do Brasil (OSP), no nível médio, e Estudos de Problemas Brasileiros (EPB), nas universidades. Isso sem falar no Ato Institucional nº 5 (AI5) nem no Decreto nº 445, que retiraram de estudantes, professores e trabalhadores em geral o direito da palavra e da livre organização.

Não se pode, portanto, desvincular a retirada das Ciências Humanas do ensino médio do processo político que a gerou, e que representou um dos momentos mais obscurantistas da história do Brasil.

Devemos lembrar, no entanto, que, mesmo nessa época, a Psicologia foi mantida nos currículos dos cursos de formação de pro-

fessores – Magistério – e das áreas da Saúde e Relações Humanas, tamanha sua essencialidade para a atuação daqueles que trabalham diretamente com o humano, em suas várias dimensões.

Pode-se dizer, portanto, que jamais, desde 1950, estivemos totalmente apartados do processo de formação da juventude, mesmo que em alguns momentos estivéssemos restritos ao ensino técnico e profissionalizante.

Com a retomada do processo democrático no país, nos anos 80, que se materializou na Constituição de 1988, na conquista de eleições diretas e livres para todos os níveis da política brasileira, na promulgação da LDB, de 1996, retomou-se o debate sobre os rumos da Educação no país.

A LDB/96, mesmo marcada pelas contradições que caracterizam toda sociedade capitalista, complexa, trouxe inegáveis avanços para a Educação, como a universalização do ensino e o princípio da inclusão. No conjunto desses avanços, vamos encontrar o retorno das Ciências Humanas ao ensino médio, como disciplinas do currículo, no caso da Filosofia e da Sociologia, ou como componente transversal, no caso da Psicologia (como se revela nas Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio).

A difícil tarefa de superar a formação tecnicista disciplinar, forjada ao longo de décadas e reforçada pelos vestibulares das grandes universidades, de construir um modelo de formação integral, interdisciplinar, ainda está em construção. No entanto, reconhecer o lugar da formação humana no currículo do ensino médio é, sem dúvida, um avanço.

Por uma correlação de forças políticas e demandas do tempo e do contexto, a Psicologia ficou fora do conjunto de disciplinas obrigatórias do ensino médio. Nos últimos 10 anos, no entanto, as entidades representativas da Psicologia, reconhecendo a importância desse lugar e conscientes de seu compromisso profissional com a formação da juventude, passaram a pautar a discussão do ensino médio e a participar dos debates e movimentos em prol da melhoria dessa etapa da escolaridade e de nossa inserção nesse processo de mudança que se anuncia no país. A criação da Associa-

ção Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep), no interior do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), foi sem dúvida um passo fundamental para a condução desse movimento. A organicidade e o diálogo entre as distintas entidades representativas garantiu a condução democrática do processo e a constante reflexão, que culmina neste encontro.

Por que defendemos a Psicologia como componente curricular do Ensino Médio

Muitas são as razões pelas quais defendemos a presença da Psicologia como disciplina do ensino médio, e essas não se limitam à abertura ou à expansão do mercado de trabalho para os psicólogos.

Certamente, não se pode negar que a perspectiva do mercado de trabalho é fator importante, porém temos clareza de que não é a adoção de qualquer mercado, de forma acrítica, a postura que nos interessa e marca.

Estamos convictos, no entanto, de que participar da formação dos adolescentes e jovens, no sistema educativo formal, é trabalho que não contradiz os princípios afirmados em nossos documentos orientadores e em nosso Código de Ética. Ao contrário, vem ao encontro de nossas lutas políticas maiores, marcadas por nosso compromisso com a saúde pública – a saúde da população, entendida em seu sentido amplo, que aponta para a cidadania; por nossa luta contra todas as formas de discriminação e preconceito; pela defesa dos direitos humanos e do Estatuto da Criança e do Adolescente –, aqui se destacando nosso envolvimento no combate à redução da maioria penal, pela democratização da comunicação.

É no bojo desses princípios que se insere nossa proposta. A ciência psicológica, a partir do conhecimento produzido ao longo de sua história, revela nossa preocupação com os grandes dilemas humanos, buscando compreender o sofrimento humano, assim como nossas forças criativas. Nossa produção contemporânea, que se situa

na compreensão do sujeito como ser histórico, cultural, ser com o mundo, ampliou nossos conhecimentos sobre as subjetividades construídas na realidade brasileira.

Nosso conhecimento e nossas formas de compreensão da subjetividade humana, das relações entre os sujeitos, dos processos identitários, das representações da vida e do mundo, dos conflitos e dilemas humanos, entre outros, apresentam inegável potencial formador do sujeito crítico e cidadão. Permitir e promover o acesso a esses conhecimentos, por parte da juventude brasileira, é um princípio e uma tarefa com os quais devemos nos comprometer, bem como lutar para comprometer o Estado na promoção do acesso democrático a esse conjunto de saberes – por meio da inserção da Psicologia como disciplina do ensino médio.

Muitos argumentarão que, em um momento em que se fala em interdisciplinaridade, em mudanças nas orientações curriculares para o ensino médio, parece contraditório lutar pela entrada da disciplina Psicologia.

Quanto a essa questão, gostaríamos de refletir sobre dois pontos:

- A interdisciplinaridade é um princípio desejado, porém sua construção constitui-se em longo processo, que nem sequer atingiu as universidades ou os cursos de formação de professores. Nossos conhecimentos estão, ainda, portanto, organizados segundo uma lógica disciplinar.

- Além disso, mais importante do que a tradição disciplinar é a compreensão do que se entende por esse conceito. Interdisciplinaridade não pode ser confundida com supressão dos conhecimentos disciplinares historicamente constituídos; ela implica, ao contrário, troca, diálogo entre as várias áreas do conhecimento; olhar plural para a realidade material e humana, que é em essência transdisciplinar – não pode ser compreendida de forma reducionista, seja pela miscelânea amorfa de saberes, seja pela redução de leituras possíveis.

O olhar da Psicologia não se mistura ou se reduz a outros olhares, mas com eles dialoga. Para construir interface, portanto, precisamos ter face – e desejo de mostrá-la, em toda sua complexidade. Isso nos conduz à segunda reflexão.

Nas Orientações Nacionais para o Ensino Médio, a Psicologia configura-se como tema transversal, que deve ser trabalhado interdisciplinarmente. Ora, essa proposição apresenta dois grandes problemas. Em primeiro lugar, é um equívoco conceitual tomar toda uma área do conhecimento como tema. A Psicologia não é tema, e aceitar essa formulação é assumir, como categoria, que não sabemos quem somos nem o que representa todo o arcabouço construído ao longo de nossa história. Em segundo lugar, se aceitamos que as questões de natureza psicológica sejam tratadas transversalmente, em um currículo que ainda é disciplinar, cabe-nos perguntar quem irá trabalhá-las, e a partir de que referências. Não é difícil ou equivocadamente imaginar que, sem conhecimento mais aprofundado das leituras psicológicas, professores de distintas áreas trabalharão a partir de suas teorias pessoais, do senso comum. Portanto, ao contrário de levar a processos de desnaturalização e superação de preconceitos, essa forma de compreender pode conduzir exatamente ao caminho inverso – o da patologização, da naturalização de certas visões de mundo e do preconceito. Portanto, é grande o risco de que, com essa formulação, perca-se o princípio da formação crítica e cidadã a que se propõe a educação pública.

Nossa defesa, portanto, só pode ser a da inserção da Psicologia como disciplina curricular, a partir de consolidado e consistente conhecimento sobre a subjetividade humana, que pode, em diálogo com as outras áreas do conhecimento, contribuir para a formação dos jovens, em uma perspectiva crítica, criativa e cidadã.

Psicologia Escolar e Ensino de Psicologia – que lugares são esses?

Temos sido questionados, com alguma frequência, por nossos pares, sobre a conveniência de lutar pelo ensino de Psicologia, e se não seria

melhor lutar pela inserção da Psicologia Escolar nos sistemas educativos.

Temos convicção de que essas duas dimensões da contribuição da Psicologia para o campo educativo não se contrapõem nem ocupam indevidamente seus lugares.

A luta pela ampliação da contribuição da Psicologia no campo educativo inclui essas duas dimensões, que se fortalecem mutuamente. O lugar do psicólogo escolar não é o mesmo do professor, e suas funções e abrangência são distintas.

As funções do psicólogo escolar são sem dúvida mais abrangentes, não se restringem ao Ensino Médio, ao contrário, aplicam-se a todas as etapas da escolaridade. O psicólogo escolar trabalha com o conjunto da escola; seu fazer envolve alunos, professores, gestores, funcionários, família, comunidade, sistemas educativos. Não cabe a ele construir conhecimentos em uma relação didática, mas refletir com os atores da escola sobre as dinâmicas e práticas que afetam o sujeito.

O professor de Psicologia do ensino médio tem como meta construir conhecimentos na relação ensino-aprendizagem. Sua tarefa precípua é socializar conhecimentos que permitam aos jovens compreender a si, aos outros, à realidade, sob perspectiva crítica.

Embora se direcionem para o mesmo objetivo maior – a construção da autonomia –, essas duas dimensões orientam-se por caminhos distintos, a partir de diferentes pontos de partida.

Devemos lutar pela garantia desses dois lugares e, se há confusão nas formas de compreensão dos atores do campo educativo – sejam professores, gestores escolares ou dos sistemas –, cabe a nós psicólogos promover essa compreensão, por meio de nossos documentos e nossas práticas.

Não cabe a nós, temos certeza, reduzir nossas possibilidades, nem adotar o discurso desqualificador daqueles que não reconhecem nossas contribuições ou ignoram os direitos dos estudantes de acesso ao conhecimento, e a um trabalho de Psicologia nas escolas que promova a tão desejada inclusão com qualidade, em uma perspectiva verdadeiramente democrática.

Diretrizes Curriculares e formação de professores de Psicologia

Um ponto que merece e demanda nossos esforços, no momento, refere-se às Diretrizes de Formação em Psicologia e às Diretrizes de Formação de Professores.

Devemos aceitar o desafio de aperfeiçoar nossas diretrizes de formação, para permitir a inserção da licenciatura nos atuais currículos de Psicologia, já que, após a promulgação de nossas diretrizes, muitas instituições retiraram de seus projetos a licenciatura.

Por outro lado, temos de nos envolver nos estudos para adequação entre as duas diretrizes, tarefa a que, no momento, estamos nos propondo.

Este é um momento profícuo para nos envolvermos nessa tarefa, posto que as diretrizes de formação de professores passam por amplo processo de discussão.

Vale lembrar, ainda, que somos responsáveis pela oferta da disciplina Psicologia em grande número de cursos técnicos e profissionalizantes de nível médio. Se não retomarmos a discussão da licenciatura em Psicologia, estaremos nós mesmos impossibilitando a permanência da Psicologia nesses cursos.

A título de conclusão, gostaríamos de reafirmar:

- Nosso compromisso com os processos de redemocratização do país, em que se insere a democratização do conhecimento psicológico;
- Nossa convicção de que construímos saberes, ao longo de nossa história, que permitem compreensões da subjetividade e conduzem ao pensamento autônomo, crítico e cidadão;
- Nossa certeza de que a luta pela Psicologia no ensino médio não retira da Psicologia Escolar seus palcos de luta, mas os reforça, pois amplia olhares sobre as possibilidades de contribuição da Psicologia para o campo da Educação.

Convidamos todos a se envolver nessa luta e apelamos a que não sejamos nós, psicólogos, individualmente ou organizados, a desconsiderar nossa importância nem relevância como área de conhecimento e reduzir nossas possibilidades de atuação. Se assim o fizerem e o fizerem, que não seja por nossa omissão ou por nossa resistência.

Continuaremos lutando.

3. Encaminhamentos

Introdução

A sistematização das discussões realizadas nos diferentes eixos temáticos possibilitou a construção de categorias que agregaram as orientações produzidas pelo Sistema Conselhos. Elas se referem às políticas públicas e à organização da categoria: Sistema Conselhos, associações e sindicatos, formação profissional, práticas profissionais e ensino médio. Registre-se que a presença do psicólogo, nas diversas áreas, deve resguardar a dimensão do compromisso social e da qualificação técnica e política para o exercício profissional.

Assim, foram apresentadas propostas relativas às inserções e às participações dos psicólogos no âmbito das políticas públicas educacionais e nos espaços consultivos e deliberativos, tais como fóruns, redes sociais, conselhos, e também no âmbito legislativo, acompanhando e propondo ações com os deputados e vereadores, na construção de projetos de lei, visando a contribuir para a democratização da Educação.

Foi registrada a necessidade de investimentos na formação profissional comprometida com a participação democrática para que o psicólogo tenha condições de problematizar e criar tensões capazes de estimular práticas inovadoras nos diversos níveis de ensino, na perspectiva da inclusão social. Como exemplo disso, foi destacada a presença da Psicologia no ensino médio.

O Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (Fenpb) construiu a campanha nacional *8 Razões para aprender Psi-*

ciologia no ensino médio, que objetivava a aprovação do Projeto de Lei nº 107/2007, para a inclusão da Psicologia como disciplina no ensino médio. Nesse espaço, a Abep foi indicada como a entidade responsável pela condução deste trabalho e, no FENPB, constituiu-se o Grupo de Trabalho Psicologia e Ensino Médio, para promover a discussão nacional sobre esse tema.

O debate realizado sobre a obrigatoriedade e a forma de inserção da Psicologia no ensino médio salientou o potencial formador da Psicologia para a juventude brasileira.

A categoria Práticas Profissionais considerou que as possibilidades de inserção do psicólogo na Educação são amplas, pois englobam vários campos de trabalho: escola de ensino regular, contextos especiais, instituições educacionais, educação popular, etc. A atuação nesses campos se dá a partir de uma pluralidade de formações e pela diversidade teórico-metodológica.

A escola historicamente produziu o fracasso escolar e a exclusão. Nesse contexto, o psicólogo tem legitimado essa prática, patologizando, medicalizando e produzindo diagnósticos classificatórios dos indivíduos. Constitui-se um desafio operar em um sistema escolar que está constantemente produzindo exclusão. Portanto, cabe ao psicólogo potencializar o lugar da Educação, não atendendo ao apelo de produção de diagnósticos e construindo instrumentos políticos de enfrentamento dessa prática. A referência do trabalho do Psicólogo deve ser a de evitar que a política de inclusão venha a reforçar a racionalidade biomédica, que permeia o cenário escolar, sustentada pelo saber-poder.

É importante contrapor-se ao modelo de Educação baseado na lógica de mercado, o qual prioriza apenas a transmissão automática de conhecimentos e a reprodução vazia de sentido, rompendo com concepções e práticas classificatórias, fragmentadas, individualizantes e medicalizantes. Reafirma-se, portanto, neste documento, a perspectiva da "Educação para Todos", comprometida com os princípios dos Direitos Humanos e conseqüentemente com a transformação da sociedade.

3.1. Políticas públicas educacionais

Esta categoria aglutinou as propostas relativas às inserções e às participações dos psicólogos no âmbito das políticas públicas educacionais e dos espaços consultivos e deliberativos, tais como fóruns, redes sociais e conselhos, além do Legislativo, no acompanhamento e na proposição de ações, juntamente com deputados e vereadores, visando também, por meio de projetos de lei, a contribuir para a democratização da educação. A presença do psicólogo nesse campo deve resguardar a dimensão do compromisso social e da qualificação técnica e política para o exercício profissional. Trouxe, além de contribuições relativas ao campo da Educação, propostas de diálogos das diversas políticas públicas e dos diversos saberes envolvidos tanto no ambiente escolar quanto em outros espaços de assistência e serviços, na direção da qualidade, da equidade e da universalização dessas políticas.

Proposições:

- Considerando a necessidade de integração, nas políticas públicas, com diversos profissionais, defendemos:
 - » Integração das políticas públicas, da rede de atendimento e dos profissionais das áreas: Saúde, Assistência Social e Educação, Geração de Trabalho e Renda.
 - » Parceria entre os municípios, para que possam atender às demandas da Saúde, Assistência Social e Educação das cidades circunvizinhas.
 - » Democratização dos conteúdos do controle social – divulgação de conteúdos de debates dos Conselhos Municipais de Direitos e de Educação.
 - » Fortalecer os espaços de discussão e trocas mais sistemáticas com os psicólogos escolares/educacionais que atuam nas cidades do interior.

- Princípios gerais que devem ser considerados como essenciais para qualquer proposição de ação legislativa ou executiva:
 - » Dimensão do trabalho do psicólogo na educação escolar é institucional.
 - » A formação dos profissionais deve ser permanente.

- Participação do psicólogo na articulação e na implementação das políticas públicas, garantindo, assim, a interdisciplinaridade e a intersetorialidade pelos saberes e pelas competências, a integralidade do atendimento e equidade no acesso, e as finalidades emancipatórias da educação escolar.

- A Psicologia deverá requerer espaços de atuação profissional na esfera das políticas públicas, ao mesmo tempo que a atividade profissional deverá estar vinculada ao comprometimento com o acesso de todos às políticas públicas, sejam elas de Educação, de Assistência, de Saúde, de Segurança Pública, entre outras.

- Atuar crítica e propositivamente na construção, gestão e execução das políticas públicas para a promoção e garantia dos direitos da criança e do adolescente, na perspectiva da educação para todos.

- Os psicólogos que não trabalham diretamente na Educação, mas que estão envolvidos com a área da infância e da adolescência, devem reconhecer a importância da dimensão educacional na prestação de serviços e na produção de documentos escritos.

- Incentivar a participação dos psicólogos escolares/educacionais em órgãos consultivos e deliberativos.

- Participar do processo de construção das Conferências Municipais, Estaduais e Nacional de Educação.

- Viabilizar a representação da Psicologia nos movimentos sociais que envolvem a Educação. Criar um grupo representativo para ocupar o espaço existente nos conselhos, que apoiem o aperfeiçoamento da prática desse profissional.
- Atuar juntamente com as políticas de Educação, com ações mais articuladas, para que os alunos tenham atenção integral a suas necessidades e que professores possam planejar e compor ações permanentes.
- Fazer gestões nas diversas instâncias de poder e espaços de participação social, visando à legitimidade da função do psicólogo na escola/Educação.
- Fazer gestões para a inclusão da Psicologia escolar/educacional nas propostas orçamentárias das diversas instâncias governamentais.
- Fazer parcerias e mobilização juntamente com os conselhos que atuam nos direitos das crianças e dos adolescentes.
- Discutir amplamente o papel e o compromisso social do psicólogo no âmbito das políticas públicas de Educação.
- Viabilizar a participação em audiências públicas.
- Promover fóruns de discussão com a categoria e autoridades do Executivo, do Legislativo e do Judiciário para tratar da inserção do psicólogo escolar e educacional na rede pública.
- Exigir e acompanhar o cumprimento do estabelecido na lei em relação à assistência às crianças e aos adolescentes hospitalizados que necessitam dar continuidade à escolarização, por meio da implementação das classes hospitalares.

- Reforçar a necessidade de estabelecimento de debate amplo das políticas educacionais e suas formas de implementação por toda a comunidade escolar, em especial pelos profissionais psicólogos.
- Assegurar na legislação a inclusão do psicólogo como profissional da Educação, possibilitando, assim, que as redes municipais, estaduais e federal contratem esse profissional nas instituições escolares/educacionais e nos institutos de ensino superior.
- Respeitar o limite máximo de carga horária de 30 horas semanais para a jornada de trabalho do profissional de Psicologia, e estabelecer concurso público para o cargo de psicólogo na escola pública, com plano de carreira (quaisquer proposições de leis federais, estaduais e municipais).

3.2. Formação profissional do psicólogo escolar/educacional

A categoria formação profissional reúne um conjunto de aspectos que devem ser considerados na formação profissional, entre os quais a participação, a democracia e o entendimento da legislação relativa à política educacional, com a finalidade de instrumentalizar o psicólogo, de modo que possa problematizar e criar tensões capazes de estimular práticas inovadoras no contexto educacional. Isso nada mais é do que contribuir para a efetivação das políticas educacionais vigentes, sem nos restringirmos a seus aspectos legais.

Proposições:

Diante do exposto, encaminhamos as propostas relativas à formação de professores em diferentes espaços educacionais:

- Privilegiar, na formação inicial do psicólogo, o reconhecimento da diversidade, da inclusão, da ética e do direito à diferença,

seja ela de gênero, raça, etnia, seja de condições físicas e mentais para compreensão do ser humano.

- Incentivar a interlocução com outros campos de conhecimentos que permitam a apreensão da complexidade e multideterminação do fenômeno psicológico.
- Promover a articulação teórico-prática para formação do psicólogo na área da Educação. Assim, os cursos de graduação devem realizar estágios supervisionados em Psicologia Escolar e Educacional, visando ao desenvolvimento de habilidades compatíveis com as práticas profissionais nessa área.
- Incentivar a produção e a construção do conhecimento científico em Psicologia, com autonomia e liberdade de pensamento, como preconizam as diretrizes dos cursos de graduação em Psicologia e de acordo com a legislação que rege a atuação do psicólogo (Lei nº 5.766/1964).
- Promover debates sobre os projetos pedagógicos dos cursos de graduação em Psicologia, contemplando diferentes abordagens e concepções teórico-práticas, na busca de compreensão da amplitude dos fenômenos biopsicossociais.
- Propor a inserção de temáticas tais como: História da Educação, Educação Inclusiva, Língua Brasileira de Sinais (Libras), Saúde e Educação, além do aprofundamento dos processos de ensino-aprendizagem dos sujeitos nos currículos de Psicologia. Essas são temáticas fundamentais à formação do psicólogo escolar, de modo a ampliar a percepção dos problemas sociais, econômicos, culturais e políticos.
- Apropriar-se criticamente de documentos, resoluções e convenções internacionais que tratem das diretrizes das políticas educacionais.

- Reafirmar a defesa por uma formação do psicólogo no âmbito escolar e educacional comprometida com ação ética e democrática, assentada no compromisso social e na formação do cidadão, inserindo-se numa perspectiva crítica que permita a leitura da realidade e a ampliação de ações condizentes com a realidade da Educação brasileira.
- Favorecer, na formação do psicólogo, o conhecimento crítico das políticas públicas como forma de garantir possíveis mudanças estruturais nas relações e práticas sociais, avançando na compreensão dos direitos humanos e sociais.
- Fazer gestão juntamente com o MEC para incentivar pesquisas, no âmbito acadêmico, na área de políticas públicas de Educação.
- Construir projeto de formação continuada, com especificidades regionais.

3.3. Organização da categoria: Sistema Conselhos, associações e sindicatos

Entre os encaminhamentos propostos pelos participantes do Seminário Nacional do Ano da Educação, encontram-se sugestões de ações no âmbito do Sistema Conselhos, da Abep, da Abrapee e dos Sindicatos dos Psicólogos com a finalidade de contribuir para a organização de psicólogos escolares e educacionais. Esses encaminhamentos estão organizados neste documento, em três grandes temas, a saber: Encaminhamentos para o Sistema Conselhos; Ação articulada do Sistema Conselhos com associações, sindicatos de psicólogos e outros parceiros e Diálogo das entidades com o Estado e o movimento social.

1. Encaminhamentos para o Sistema Conselhos

- Fomentar iniciativas como o Ano da Psicologia na Educação, visto que essa discussão nos remeteu a repensar o interesse da categoria sobre as questões legais, de formação profissional e participação democrática que permeiam sua atuação.

- Viabilizar discussões periódicas nos conselhos sobre a profissão nas áreas escolar/educacional.

- Formar ou ampliar Grupos de Trabalhos ou Comissões de Educação, nos Conselhos Regionais de Psicologia, com a participação de psicólogos que atuam na Educação, para troca de experiências e acompanhamento de políticas públicas voltadas para a Educação, viabilizando discussões locais sobre temáticas que se fizerem necessárias e articulando os profissionais em torno das reflexões sobre políticas educacionais.

- Divulgar permanentemente o trabalho das Comissões de Educação para a categoria

- Promover fóruns de discussão com a categoria e autoridades do Executivo, Legislativo e Judiciário para tratar da inserção do psicólogo escolar e educacional na rede pública.

- Fomentar discussões acerca das políticas educacionais e dos indicativos de criação e reformulação de novos textos de lei, combatendo as formas hierarquizadas e pouco democráticas de implementação das políticas educacionais.

- Acompanhar a proposição de projetos de lei, participar de audiências públicas, bem como realizar a análise da legislação vigente relacionada com o fazer do psicólogo escolar/educacional, buscando o afastamento do viés normalizador ou uma prática que silencie as potências dos diferentes agentes envolvidos no processo educacional.

- Fazer proposta, e apresentá-la às instâncias competentes, no sentido de destacar a necessidade de garantir a inserção do psicólogo nos espaços educacionais, a partir da modificação no texto da Lei nº 9.394/96 (LDB).

- Buscar formas de regulamentar a inserção do psicólogo na escola, definindo sua função e seu papel, de modo que esse profissional possa atuar de forma participativa e democrática, desenvolvendo estratégias que envolvam os diversos segmentos presentes no contexto educacional.

- Acompanhar a tramitação do PLC nº 60/2007, que versa sobre a atuação do psicólogo e do assistente social na educação básica, articular ações com vereadores e deputados em suas regiões e mobilizar a comunidade escolar.

- Acompanhar projetos de lei nos âmbitos federal, estadual e municipal, até o desfecho de cada uma das ações, especialmente os projetos de lei que tratam de medicalização, como, por exemplo, o Projeto de Lei nº 86/2006 da Câmara Municipal de São Paulo, que "dispõe sobre o Programa de Apoio ao Aluno Portador de Distúrbios Específicos de Aprendizagem, diagnosticados como dislexia".

- Acompanhar o andamento do Grupo de Trabalho (GT) designado pela Portaria do MEC/SEE n.º 6, de 5 de junho de 2008, composto a partir da "necessidade de elaborar diretrizes que orientem os sistemas de ensino na implementação de políticas direcionadas à educação de alunos com transtornos funcionais específicos, matriculados na rede regular de ensino".

- Observar, nos estados e municípios que já regulamentaram a inserção do psicólogo escolar, se a legislação em vigor está em consonância com as deliberações do Ano da Educação, indicando alterações e ajustes, quando necessários.

- Contemplar os avanços das discussões teórico-metodológicas na área de Psicologia Escolar e Educacional na prova de especialistas do CFP.

- Fazer discussão ampla sobre um novo papel para a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF), que possa abarcar o acompanhamento dos editais – e, dentro desses, a observância das pautas e bibliografias dos concursos públicos –, propor mudanças pertinentes e, quando necessário, acionar o Ministério Público.

- Construir referências para atuação na área, envolvendo aspectos teórico-metodológicos, técnicos, históricos, políticos, éticos, estéticos, conjuntamente com Instituições de Ensino Superior (IES), Sistema Conselhos de Psicologia, Abep, Abrapee, Conep e demais entidades filiadas ao Fenpb envolvidas com o tema e profissionais que atuam na área.

2. Ação articulada do Sistema Conselhos com associações ou entidades (Abep, Abrapee, Conep), sindicatos de psicólogos e outros parceiros

- Manter a realização de encontros para reflexão sobre temáticas e produções teóricas para o enriquecimento da área.

- Discutir a implementação das diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Psicologia, no âmbito do Sistema Conselhos, de forma articulada com as associações e outras entidades interessadas.

- Encaminhar ao MEC, em parceria com a Abep, as reflexões sobre a inclusão das políticas públicas como um dos eixos essenciais para a formação dos psicólogos.

- Realizar debates sobre temas educacionais, visibilizando as contribuições da Psicologia, tais como: progressão continuada, educação inclusiva, educação fundamental – ciclo de nove anos, financiamento da educação pública.
- Discutir amplamente o papel e o compromisso social do psicólogo no âmbito das políticas públicas de Educação.
- Propor revisão do texto do Catálogo Brasileiro de Ocupações, de forma a contemplar redefinição do papel do psicólogo na Educação.
- Apoiar os sindicatos de Psicologia no acompanhamento de editais de concurso público, analisando a descrição do cargo, da carga horária e remuneração, bem como na discussão de planos de cargos e salários para os psicólogos nos sistemas de ensino.
- Promover articulação com a Abep e demais instâncias responsáveis pela formação dos psicólogos, no sentido de prepará-los para inserção no contexto educacional brasileiro, tornando-os atuantes em relação às políticas públicas de educação inclusiva.
- Implementar e manter ações com estudantes de Psicologia, juntamente com os Conselhos Regionais, em articulação com a Conep.
- Reforçar a necessidade de estabelecimento de um debate amplo das políticas educacionais e suas formas de implementação por toda a comunidade escolar, em especial pelos profissionais psicólogos.

3. Diálogo das entidades com o Estado e o movimento social

- Manifestar-se quanto aos problemas relacionados às políticas públicas de Educação, favorecendo a discussão com as administrações públicas e secretarias municipais e estaduais.

- Fomentar a participação de representantes da Psicologia nos movimentos sociais que envolvem a Educação.
- Fazer gestões para garantir assento nas Conferências de Educação (nacional, estaduais e municipais).
- Fazer gestões para a participação de representantes da Psicologia nos Comitês de Educação e Direitos Humanos (nacional, estaduais e municipais).
- Promover, juntamente com os gestores públicos, discussões acerca da importância do profissional psicólogo atuando nas políticas públicas de Educação.

3.4. Prática do psicólogo no campo da educação

A categoria Práticas Profissionais abordou a amplitude de possibilidades de inserção do psicólogo na Educação, englobando os vários campos de trabalho, entre eles a escola de ensino regular e em contextos especiais, instituições educacionais, educação popular, etc. A atuação nesses campos se dá a partir de uma pluralidade de formações e pela diversidade teórico-metodológica.

A escola, historicamente, produziu o fracasso escolar e a exclusão. Nesse contexto, o psicólogo tem legitimado essa prática, patologizando, medicalizando e produzindo diagnósticos classificatórios dos indivíduos. Constitui-se como desafio operar em um sistema escolar que está constantemente produzindo exclusão. Portanto, cabe ao psicólogo potencializar o lugar da Educação, não atendendo ao apelo de produção de diagnósticos, e construindo instrumentos políticos de enfrentamento dessa prática. A referência do trabalho do psicólogo deve ser a de evitar que a política de inclusão venha a reforçar a racionalidade biomédica, que permeia o cenário escolar sustentado pelo saber-poder.

É importante contrapor-se ao modelo de educação baseado na lógica de mercado, o qual prioriza apenas a transmissão automática de

conhecimentos e a reprodução vazia de sentido, rompendo com concepções e práticas classificatórias, fragmentadas, individualizantes e medicalizantes. Reafirma-se, portanto, neste documento, a perspectiva da "Educação para Todos", comprometida com os princípios dos Direitos Humanos e, conseqüentemente, com a transformação da sociedade.

Proposições:

- Os encaminhamentos foram propostos considerando-se as prioridades para a construção de práticas profissionais comprometidas com a inclusão social:

- Considerar a realidade da escola brasileira, as dimensões psicossociais das comunidades, as redes de apoio, os suportes e equipamentos públicos e privados do território para subsidiar sua prática de intervenção.

- Compreender que as deficiências do sistema de ensino são produtoras de fracassos e sofrimentos de educandos e de educadores.

- Destacar a importância da dimensão institucional do trabalho do psicólogo na educação formal e não formal: coletivização das práticas, colocando em análise o campo de relações sociopolítico-pedagógicas, para a melhoria das condições de trabalho na escola.

- Comprometer-se com as funções sociais da escola de possibilitar o acesso aos bens culturais construídos pelo homem ao longo de sua história e de promover a autonomia dos indivíduos.

- Assumir o compromisso com ações voltadas à inclusão escolar.

- Enfatizar que a avaliação pedagógica, para efeito de atendimento educacional de alunos sujeitos às práticas pedagógicas na perspectiva da inclusão, é de responsabilidade da escola. A função do psicólogo será de contribuir com a construção dessa avaliação.

- Ampliar redes de informação sobre os trabalhos e as ações desenvolvidas na escola.
- Estabelecer interlocução com outros setores, entre eles: Saúde, Trabalho, Movimentos Sociais, Assistência Social e Jurídico.
- Trabalhar na perspectiva de projetos coletivos e contextualizados com os atores do cenário escolar/educacional.
- Apropriar-se da dinâmica da escola e intervir de forma interdisciplinar.
- Estudar e discutir metodologias de trabalho multisciplinares nos contextos educacionais, produzindo referências sobre essa prática.
- Exercer a Psicologia Escolar/Educacional como conjunto de práticas fortalecedoras de pessoas e grupos, agregando todos os que fazem parte da comunidade escolar.
- Construir espaços para trocas de experiências e produção de saberes e conhecimentos no campo educacional.
- Sistematizar práticas possíveis de intervenção no espaço escolar/educacional, contribuindo com a construção de referências técnicas e políticas e divulgando experiências exitosas.
- Realizar pesquisas de levantamento de dados sobre o fazer do psicólogo escolar/educacional, de maneira a fortalecer os estudos da área sobre seu campo de atuação e as inovações que apareçam a partir da prática.
- Participar de entidades e grupos organizados, contribuindo para a articulação de profissionais da área.

- Participar de órgãos consultivos e deliberativos de controle social ou conselhos setoriais.

- Contribuir com a formação do psicólogo escolar/educacional, disponibilizando oportunidades de estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios, em parceria/convênio com as agências formadoras.

- Compor, juntamente com a equipe escolar, a elaboração, implementação e avaliação do Projeto Político Pedagógico da Escola e, a partir dele, construir seu projeto de atuação.

- Construir projeto coletivo de formação em serviço.

- Construir, com a equipe da escola, estratégias de ensino-aprendizagem, considerando os desafios da contemporaneidade.

- Considerar a dimensão subjetiva, sem reduzi-la a uma perspectiva individualizante, afastando-se do modelo clínico.

- Valorizar e potencializar a produção de saberes nos diferentes espaços educacionais.

- Buscar conhecimentos técnico-científicos, considerando sua dimensão ética para sustentar atuação potente.

- Romper com a patologização e a medicalização dos indivíduos nas situações em que as demandas por diagnósticos contribuam para a produção do fracasso, do desvio, do distúrbio.

- Promover debates de modo a propiciar conhecimento e reflexões aos educadores sobre as polêmicas que envolvem a dislexia e o Transtorno do Déficit de Atenção com ou sem Hiperatividade (TDA/TDAH).

- Denunciar e discutir sobre o crescimento da medicalização das dificuldades escolares para que o psicólogo, atuando na Educação, na Saúde ou em outro campo, não seja mais um de seus agentes.
- Promover esclarecimentos aos profissionais da Educação sobre o papel do psicólogo escolar/educacional.
- Atuar junto com a equipe pedagógica para auxiliar na concretização das finalidades da Educação que estão estabelecidas nos documentos legais, tais como o Plano Nacional de Educação (PNE), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), Lei nº 9.394/96, Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Referências Curriculares Nacionais (RCN), entre outros.
- A ação dos psicólogos na Educação deve pautar-se em práticas críticas, de modo a considerar as necessidades sociais da população envolvida, em parceria com as universidades.
- Conhecer a diversidade cultural das instituições e seu entorno para subsidiar a prática profissional.
- Conectar-se com o saber dos alunos, sua vida, suas necessidades, pois é preciso aprender com o aluno, de modo a oferecer uma educação que cumpra sua função social.
- Preparar-se para trabalhar com os efeitos das novas tecnologias de informação e comunicação (internet, Orkut, MSN e outros), cada vez mais presentes na escola, na perspectiva das Pedagogias Culturais.

3.5. Ensino de psicologia no ensino médio

A categoria que aborda a inserção da Psicologia no ensino médio expressa a necessidade da inclusão da disciplina Psicologia como

obrigatória nesse estágio, em razão do atual modelo curricular e contexto histórico, bem como do potencial formador da Psicologia para a juventude brasileira.

Proposições:

- Os encaminhamentos destacam a presença da Psicologia no ensino médio, visando a contribuir para o processo educacional do jovem brasileiro:

- Defender a inclusão da Psicologia como disciplina no ensino médio.
- Apropriar-se do processo histórico da luta pela inclusão da Psicologia no ensino médio.

- Articular o debate sobre a inserção/participação da Psicologia no ensino médio, a partir da Política Educacional, e em diversos espaços, e com diferentes interlocutores.

- Envolver a participação dos estudantes secundaristas no processo de construção da proposta de inserção da Psicologia no ensino médio, articulado com a Secretária de Educação Básica/MEC e o Conep.

- Fortalecer a discussão nacionalmente.
- Discutir a licenciatura para a formação do professor de Psicologia.
- Discutir o ensino de Psicologia na Educação Profissional.
- Discutir as propostas de ensino de Psicologia, tendo em conta as experiências que ocorrem/ocorreram nos estados do Paraná, Santa Catarina e São Paulo.

- Realizar seminário para discutir eixos e perspectivas para o

ensino da Psicologia no ensino médio.

- Propor que o professor de Psicologia no ensino médio:
 - » Discuta as diversas possibilidades de interdisciplinaridade no ensino médio.
 - » Diferencie o papel de psicólogo escolar do de professor de Psicologia.
 - » Tenha concepção abrangente do processo ensino-aprendizagem.
 - » Realize leitura crítica do modelo vigente do Ensino Médio e da opção política que norteia a organização do currículo atual.

4. Considerações Finais

O ano dedicado à Educação no Sistema Conselhos não se esgota com a elaboração deste documento. Ele representou um marco histórico para que possamos continuar construindo, junto com toda a categoria que esteve representada pelas entidades parceiras e com os outros atores, interlocutores para construir um Sistema Articulado de Educação para todos.

Registramos a necessidade de investimentos em outros contextos educacionais, como aqueles que atendem adolescentes que estão sob medida socioeducativa, classes, sistemas prisionais, abrigos, movimentos sociais, sindicatos. Todos exigem práticas inovadoras, comprometidas com a transformação social.

Nessa direção, o psicólogo escolar vem sendo chamado a atuar em intrincado cenário, composto por ambientes formais ou não convencionais, comprometidos e investidos da função educativa, como creches, abrigos, associações, organizações não governamentais (ONGs), cursinhos

preparatórios, serviços públicos de educação e saúde, empresas de pesquisas ou de assessorias e diversas instituições – assistenciais, empresariais, filantrópicas ou outras de cunho educativo.

A iminência da aprovação do projeto de lei que prevê a inserção do psicólogo na escola nos coloca em outro patamar no contexto educativo, pois temos o desafio de provocar mudanças qualitativas no cotidiano da escola, o que significa investir em projetos que promovam o desenvolvimento dos processos de aprendizagem.

Nesse sentido, merece destaque a participação do Conselho Federal de Psicologia na Conferência Nacional de Educação, que ocorrerá em 2010, uma vez que expressa o esforço da categoria em avançar junto com a sociedade brasileira na construção de políticas públicas de educação compromissada em garantir que os direitos humanos sejam cumpridos. Sigamos adiante!

Publicação dos debates e propostas
realizados no Ano da Psicologia na
Educação, realizado em 2008/2009

